

Relatório de Gestão

# JFRS

Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

Junho 2005  
Junho 2007



B823r Brasil. Justiça Federal de 1º Grau. Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Relatório de atividades: junho de 2005 a maio de 2007.

Porto Alegre: Justiça Federal de 1º Grau. Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, 2007.

92 p.

1. Justiça Federal. 2. Relatório. 3. Gestão Administrativa. 4. Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. I. Ferraz, Taís Schilling. II. Título.

CDU: 347.993(816.5)

## COORDENAÇÃO-GERAL

Taís Schilling Ferraz

## PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E REVISÃO

Andréa Ferraz Schirmer – Coordenação Executiva  
Cléverton Tosetto Amaral  
Felipe Trindade Machado  
Josiane Lemos Taffarel  
Sadi Vivian Lessim

## COLABORAÇÃO

Tribunal Regional Federal da 4ª Região  
Rosane Peixoto dos Santos Brum  
Aimoré Leal Teixeira e equipe  
Carlos Alberto Lanzini e equipe  
Gustavo André Eckhard e equipe  
Luigi Frusciante Filho e equipe  
Marco Antônio Soares Ochôa e equipe  
Paulo Henrique Souza da Silva e equipe  
Roque Tschiedel e equipe  
Sadi Vivian Lessim e equipe  
Grupo Especial de Segurança - GES  
Adriana Maria Laste Bednarz  
Dirce Helena Pinto Sancandi  
Fabiana Slongo Coiro Salvadori  
Gabriela Cardoso Oliveira  
Guilherme Werner Oliveira Negrão de Lima  
Lisandra Menna Barreto  
Maria Gabriela Caracciolo Picarelli  
Sibele Wolff Garcez  
Zeli Pacheco de Azeredo

## FOTOS

Christian Stoll

## PROJETO GRÁFICO

Christian Stoll  
Marcelo Machado Carlini

## JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária do Rio Grande do Sul  
Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 600  
90.010-395 – Porto Alegre/RS  
Correio Eletrônico: [secdf@jfrs.gov.br](mailto:secdf@jfrs.gov.br)  
Portal da Justiça Federal da 4ª Região: [www.jfrs.gov.br](http://www.jfrs.gov.br)

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

**PRESIDENTE** (junho /2005 a maio /2006)

Desembargador Federal Nylson Paim de Abreu

**VICE-PRESIDENTE** (junho /2005 a maio /2006)

Desembargadora Federal Maria Lúcia Luz Leiria

**PRESIDENTE** (maio/ 2006 a junho/ 2007)

Desembargadora Federal Maria Lúcia Luz Leiria

**VICE-PRESIDENTE** (maio /2006 a junho/ 2007)

Desembargador Federal Amaury Chaves de Athayde

**CORREGEDOR-GERAL**

Desembargador Federal João Surreaux Chagas

## SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

**DIRETORA DO FORO**

Juíza Federal Taís Schilling Ferraz

**VICE-DIRETOR DO FORO**

**COORDENADOR DO COMITÊ DE GESTÃO PELA QUALIDADE**

Juiz Federal Hermes Siedler da Conceição Júnior

**DIRETORA DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA**

Bel. Rosane Peixoto dos Santos Brum

**ASSESSORA DA DIREÇÃO DO FORO**

Bel. Andréa Ferraz Schirmer

**COORDENADOR DA BIBLIOTECA**

Juiz Federal Francisco Donizete Gomes

**COORDENADOR DA CENTRAL DE MANDADOS**

Juíza Federal Andréia Castro Dias (até 28/05/06)

Juiz Federal Francisco Donizete Gomes (a partir de 29/05/06)

**COORDENADORA DOS SERVIÇOS DE ATERMAÇÃO**

Juíza Federal Ana Maria Wickert Theisen

**COLABORADOR DO PROJETO PORTAS ABERTAS**

Juiz Federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior

**CONSULTORA DO GRUPO DE AVALIAÇÃO DOCUMENTAL**

Juíza Federal Ingrid Schroder Sliwka

**COORDENADOR DO SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 4ª REGIÃO, NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL**

Juiz Federal Fábio Dutra Lucarelli

**COORDENADOR DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE ESTUDOS DO NOVO SISTEMA PROCESSUAL INTEGRADO PARA A JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO, NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL**

Juiz Federal Eduardo Tonetto Picarelli

## DIRETORES DE FORO DAS SUBSEÇÕES

Juíza Federal Taís Schilling Ferraz  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PORTO ALEGRE

Juíza Federal Cláudia Maria Dadico  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE RIO GRANDE

Juiz Federal Loraci Flores de Lima  
De 24/06/05 a 13/03/2007  
Juiz Federal Ézio Teixeira  
A partir de 14/03/2007  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA MARIA

Juiz Federal Rafael Castegnaro Trevisan  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PASSO FUNDO

Juiz Federal Eduardo Gomes Philippsen  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTO ÂNGELO

Juíza Federal Alessandra Günther Favaro  
De 24/06/05 até 22/03/2006  
Juiz Federal João Batista Brito Osório  
A partir de 23/03/2006  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BAGÉ

Juiz Federal Belmiro Tadeu Nascimento Krieger  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO

Juíza Federal Marciane Bonzanini  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE NOVO HAMBURGO

Juiz Federal Roberto Schaan Ferreira  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAXIAS DO SUL

Juiz Federal José Masayuki Sugino  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE URUGUAIANA

Juiz Federal Cláudio Gonsales Valério  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PELOTAS

Juíza Federal Maria Lucia Germano Titton  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CRUZ DO SUL

Juiz Federal Guilherme Pinho Machado  
De 24/05/2005 a 15/01/2006 e a partir de 08/06/2007  
Juiz Federal Fábio Dutra Lucarelli  
De 16/01/2006 a 07/06/2007  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CANOAS

Juiz Federal Roger de Curtis Candemil  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BENTO GONÇALVES

Juíza Federal Susana Sbrogio'Galia  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE LAJEADO

Juiz Federal Luiz Carlos Cervi  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ERECHIM

Juíza Federal Joane Unfer Calderaro  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA ROSA

Juiz Federal Nórton Luís Benites  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CARAZINHO

Juiz Federal Moacir Camargo Baggio  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CRUZ ALTA

Juiz Federal Luiz Clóvis Nunes Braga  
De 21/06/2005 a 01/04/2006 (em exercício)  
Juíza Federal Alessandra Günther Favaro  
A partir de 02/04/2006  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CACHOEIRA DO SUL

Juíza Federal Cristiane Freier Ceron  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTIAGO

## EQUIPE ADMINISTRATIVA



Rosane Peixoto dos Santos Brum  
DIRETORA DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Andréa Ferraz Schirmer  
ASSESSORA DA DIREÇÃO DO FORO

Carlos Augusto Legendre Lima  
SEÇÃO DE CONTROLE INTERNO

Luciana Felício Rublescki (até 23/01/2007)  
Aimoré Leal Teixeira (a partir de 24/01/2007)  
NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS

Carlos Alberto Lanzini  
NÚCLEO DE APOIO OPERACIONAL

Gustavo André Eckhard  
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO

Luigi Frusciantre Filho  
NÚCLEO DE INFORMÁTICA

Marco Antônio Soares Ochoa  
NÚCLEO DE CONTADORIA

Paulo Henrique Souza da Silva  
NÚCLEO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Gustavo André Eckhard (até 05/12/2005)  
Roque Tschiedel (a partir de 06/12/2005)  
NÚCLEO DE APOIO JUDICIÁRIO

Carlos Alberto Lamb Carosio (até 07/01/2007)  
Sadi Vivian Lessim (a partir de 08/01/2007)  
NÚCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO

Kátia Lisiane von Mühlen  
CENTRAL DE MANDADOS DE PORTO ALEGRE

Florian Guwzynski Junior  
NÚCLEO DE APOIO ÀS TURMAS RECURSAIS

## SUMÁRIO

MENSAGEM DA GESTORA	PG. 10
I - A JUSTIÇA FEDERAL	PG. 11
II - IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	PG. 17
III - DESTAQUES	PG. 21
IV - PESSOAS E EQUIPES	PG. 31
V - COMUNIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL	PG. 43
VI. ESCRITÓRIO DA QUALIDADE	PG. 53
VII - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO	PG. 57
VIII - MEMÓRIA INSTITUCIONAL	PG. 65
IX - SEGURANÇA	PG. 69
X - SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS	PG. 72
XI - GESTÃO FINANCEIRA, CONTRATUAL E PATRIMONIAL	PG. 81
XII - CENTRAL DE MANDADOS DE PORTO ALEGRE (CEMPA)	PG. 85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	PG. 87

## MENSAGEM DA GESTORA

*A Administração da Justiça deve estar voltada à finalidade maior da instituição: a prestação de jurisdição efetiva, acessível, ágil e transparente aos cidadãos e às entidades públicas e privadas que buscam a Justiça Federal na busca da pacificação de seus conflitos. A função do administrador é prover os meios que tornem possível à área-fim, ou facilmente, alcançar tão grande objetivo. O principal compromisso da atual gestão, na mesma linha estabelecida pela administração do Tribunal Regional Federal, foi com o aprimoramento constante da atividade jurisdicional.*

*Na crença de que são as pessoas que constroem e justificam a existência das instituições, esta gestão pautou suas ações e todo o seu planejamento na valorização das pessoas. Daqueles que buscam a Justiça Federal e que depositam nos processos, diretamente ou através de seus advogados, suas mais caras expectativas, e daqueles que fazem a Justiça Federal, dedicando seus esforços e sua criatividade para realizar e dar condições para que se realize, com efetividade, a prestação jurisdicional.*

*Administrar a Seção Judiciária do Rio Grande do Sul constitui-se em uma imensa e honrosa missão para um magistrado federal. Missão que envolve grande complexidade e esforço pessoal, especialmente quando se constata, no dia-a-dia, que a magistratura e o Direito não forjam administradores. O exercício da função de Diretor do Foro e da grande parte das atividades da área-meio se faz ainda de forma empírica. Organizada, dedicada, mas ainda eminentemente empírica.*

*Não se cogita, porém, de entregar tão importante mister a administradores alheios à instituição. A atribuição deve ser, sim, dos magistrados e dos servidores da Justiça Federal, maiores conhecedores de sua missão, seus valores e suas dificuldades.*

*Mas é cada vez mais necessário, frente à imensa e importante demanda que se apresenta a esta instituição, fortes investimentos na formação de*

*profissionais administradores. Cursos, treinamentos, oficinas, destinados a capacitar magistrados e servidores nas artes da administração vêm ganhando cada vez mais espaço e recursos. A profissionalização do gerenciamento de pessoas e de processos de trabalho é medida que se impõe.*

*As sucessivas administrações da Justiça Federal do Rio Grande do Sul vêm investindo na capacitação. Nesta mesma linha, seguiu a gestão que agora se encerra.*

*Também foram destinados recursos expressivos ao desenvolvimento de sistemas, ao incremento do parque tecnológico, às estruturas que abrigam os dados e os equipamentos e que permitem a transmissão da informação. Tais investimentos destinam-se a automatizar procedimentos, reduzir a burocracia, favorecer a maior padronização e segurança dos atos processuais, além de resultarem em economia de recursos humanos e materiais, pela eliminação gradativa do uso do papel e dos seus insumos.*

*Diversas obras foram realizadas com o objetivo de melhor acolher e atender o público nas instalações da Justiça Federal, e para aprimorar as condições de trabalho nas unidades, segundo os modernos princípios da ergonomia.*

*No relatório que segue são demonstradas e justificadas as principais ações realizadas nestes dois anos de gestão. Fica a expectativa de que tenham contribuído, em alguma medida, para o desenvolvimento da missão da Justiça Federal.*



Taís Schilling Ferraz  
JUÍZA FEDERAL DIRETORA DO FORO DA  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

# I - A Justiça Federal



PREDIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL  
EM PORTO ALEGRE

## I - JUSTIÇA FEDERAL

### QUEM SOMOS

A Justiça Federal é o órgão do Poder Judiciário que tem como missão a pacificação dos conflitos que envolvem os cidadãos e a Administração Pública Federal, em diversas áreas. Nos processos de sua competência figuram, de um lado, os particulares, e de outro, a União Federal, as empresas públicas, as autarquias, as fundações públicas federais e os conselhos de fiscalização profissional.

São julgados, diariamente, processos referentes ao meio ambiente, previdência social, direito tributário, licitações, contratos de financiamento habitacional, questões relativas a concursos e a imóveis da União, ações sobre direitos indígenas, direitos de nacionalidade, entre outras. Em matéria penal, a instituição possui competência para o julgamento de crimes contra bens, serviços e interesses da União, como os delitos fiscais, os crimes de lavagem de dinheiro e tráfico internacional de entorpecentes.

A competência da Justiça Federal de primeira instância está definida no art. 109 da Constituição Federal, sendo comum o ajuizamento de conflitos de massa, que atingem um número muito expressivo de pessoas. Assim são as ações sobre a correção monetária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, as ações previdenciárias, os processos tributários e os que tratam dos financiamentos da casa própria.

### COMO ESTAMOS - CONTEXTUALIZAÇÃO

#### O CRESCIMENTO DA DEMANDA NA JUSTIÇA FEDERAL

As constantes mudanças políticas e econômicas no país e as mais recentes alterações estruturais ocorridas na instituição, como o processo de interiorização, a especialização das varas, a criação dos Juizados Especiais Federais e o processo

eletrônico, resultaram no crescimento significativo do número de demandas na Justiça Federal, que se mantém alto, nos últimos anos.

#### PROCESSOS NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL (FÍSICOS E ELETRÔNICOS)

Estatística Mensal	Abril/2007	2006	2005	2004	2003
Distribuídos	82844	229788	243773	212773	220991
Sentenciados	62313	163845	180754	175541	162691
Baixados	64815	191381	244139	219829	122888
Em Tramitação	383447	397028	395929	438031	455667

Os Juizados Especiais Federais (JEFs), criados por força da Lei nº 10.259/2001 e implantados em todas as subseções da 4ª Região, contribuíram substancialmente para ampla difusão da instituição. Fundados nos princípios da simplicidade, celeridade e informalidade, e com menor quantidade de recursos aos tribunais, os juizados provocaram modificações profundas na organização e no funcionamento da Justiça Federal, além de acolherem milhares de demandas, ampliando o acesso dos cidadãos à prestação jurisdicional, contrariando a idéia inicial de que a sua instalação implicaria proporcional redução do ajuizamento de ações nas varas comuns.

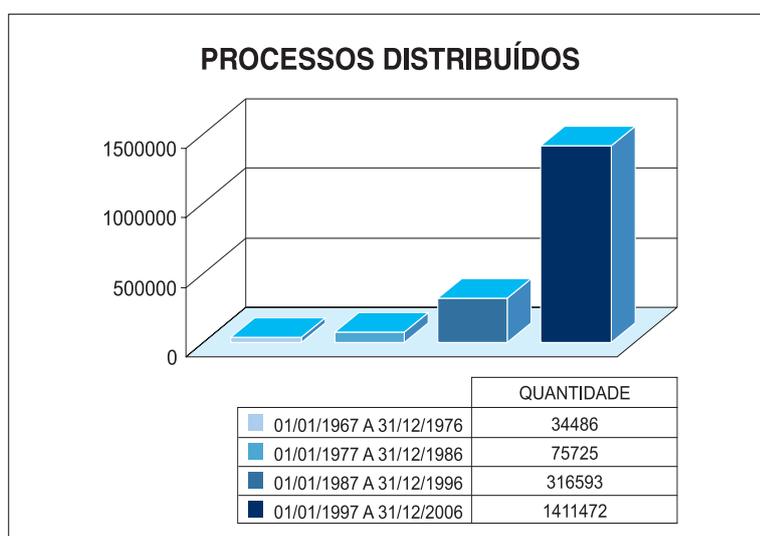
Conforme se pode depreender na comparação das tabelas a seguir, a distribuição de novas ações nos juizados especiais é substancialmente maior que a pequena redução observada no volume de processos distribuídos às varas comuns.

Juizados Especiais	Abril/2007	2006	2005	2004	2003
Distribuídos	40.840	101.903	121.628	69.967	144.410

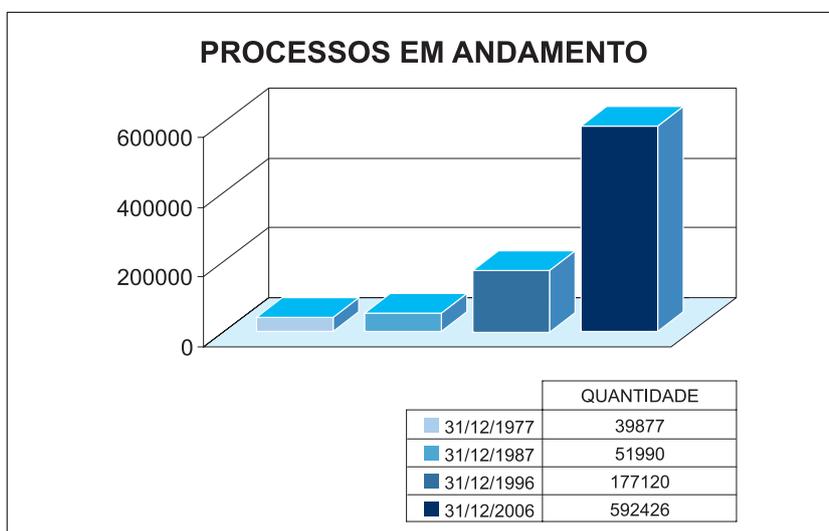
Outras Ações	Abril/2007	2006	2005	2004	2003
Distribuídos	42.004	127.885	122.145	142.806	76.581

## EVOLUÇÃO DA DEMANDA PROCESSUAL NA JUSTIÇA FEDERAL, DESDE SUA REINSTALAÇÃO, EM 1967.

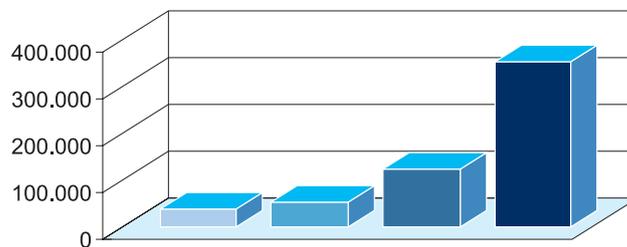
No ano em que se comemoram os 40 anos da reinstalação da Justiça Federal, depois de demonstrar o atual volume processual na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, pode-se também conhecer a evolução processual nos 40 anos de história desta instituição, por meio dos seguintes dados cumulativos:



No gráfico abaixo, a estatística de processos em andamento inclui, além dos feitos suspensos, também aqueles que aguardam julgamento nas instâncias superiores.

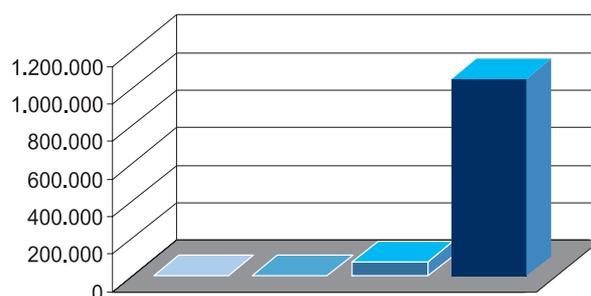


### PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO



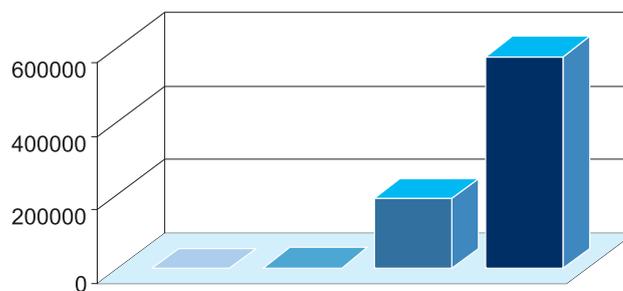
	QUANTIDADE
31/12/1977	36.891
31/12/1987	51.989
31/12/1996	122.386
31/12/2006	353.287

### SENTENÇAS PROFERIDAS



	QUANTIDADE
01/01/1967 A 31/12/1976	1.563
01/01/1977 A 31/12/1986	5.508
01/01/1987 A 31/12/1996	76.205
01/01/1997 A 31/12/2006	1.049.036

### PROCESSOS ARQUIVADOS

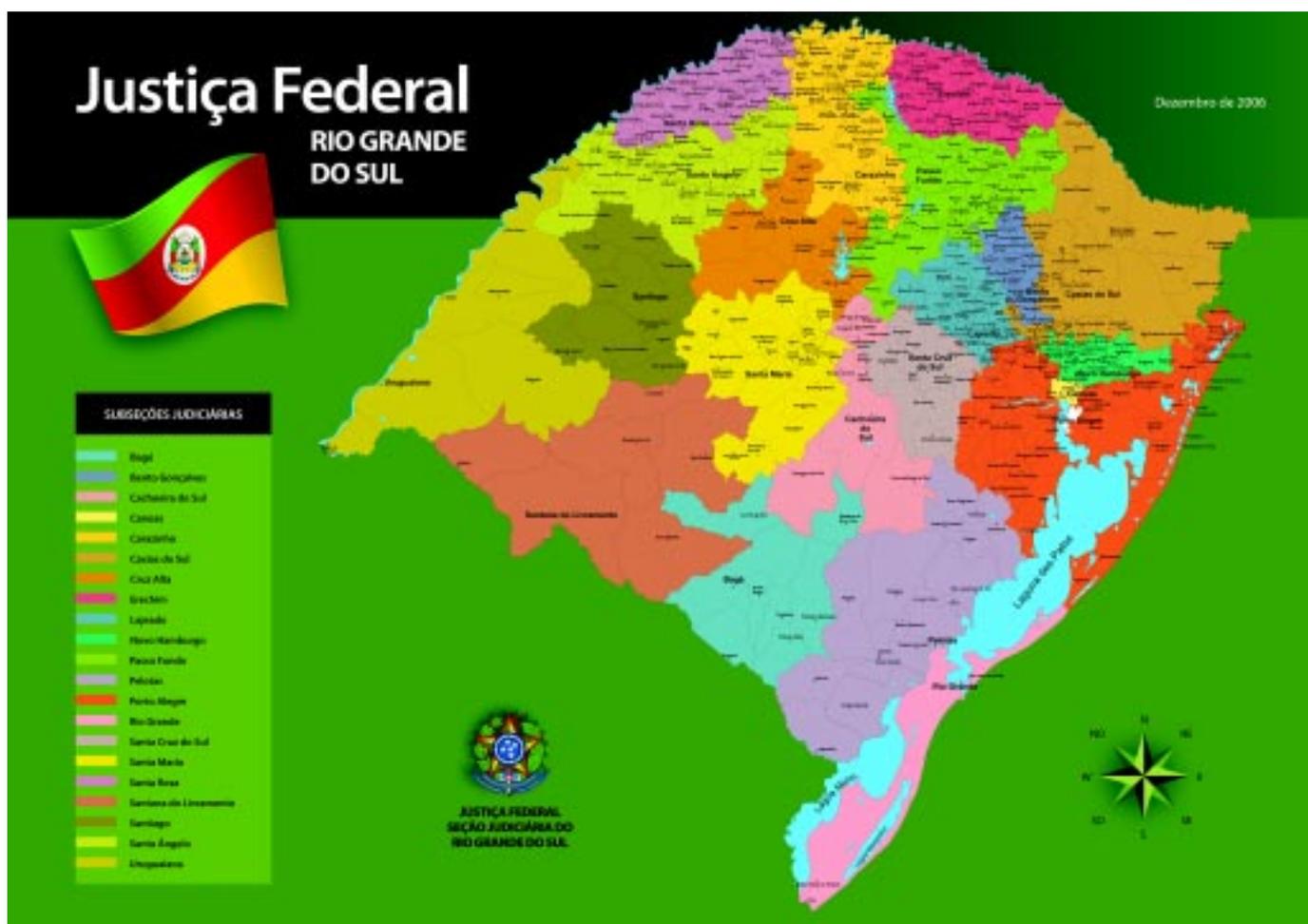


	QUANTIDADE
01/01/1967 A 31/12/1976	410
01/01/1977 A 31/12/1986	2.846
01/01/1987 A 31/12/1996	188.858
01/01/1997 A 31/12/2006	574.934

## NOSSA ESTRUTURA

Atualmente, na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul existem 21 subseções judiciárias, considerando-se a capital do estado. As subseções gaúchas estão sediadas nos municípios de Porto Alegre (sede da Seção Judiciária), Canoas, Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Santa Cruz do Sul, Lajea-

do, Passo Fundo, Santa Maria, Cachoeira do Sul, Erechim, Carazinho, Cruz Alta, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santana do Livramento, Uruguaiana, Bagé, Pelotas, Rio Grande e Santiago, distribuídas segundo o mapa abaixo:



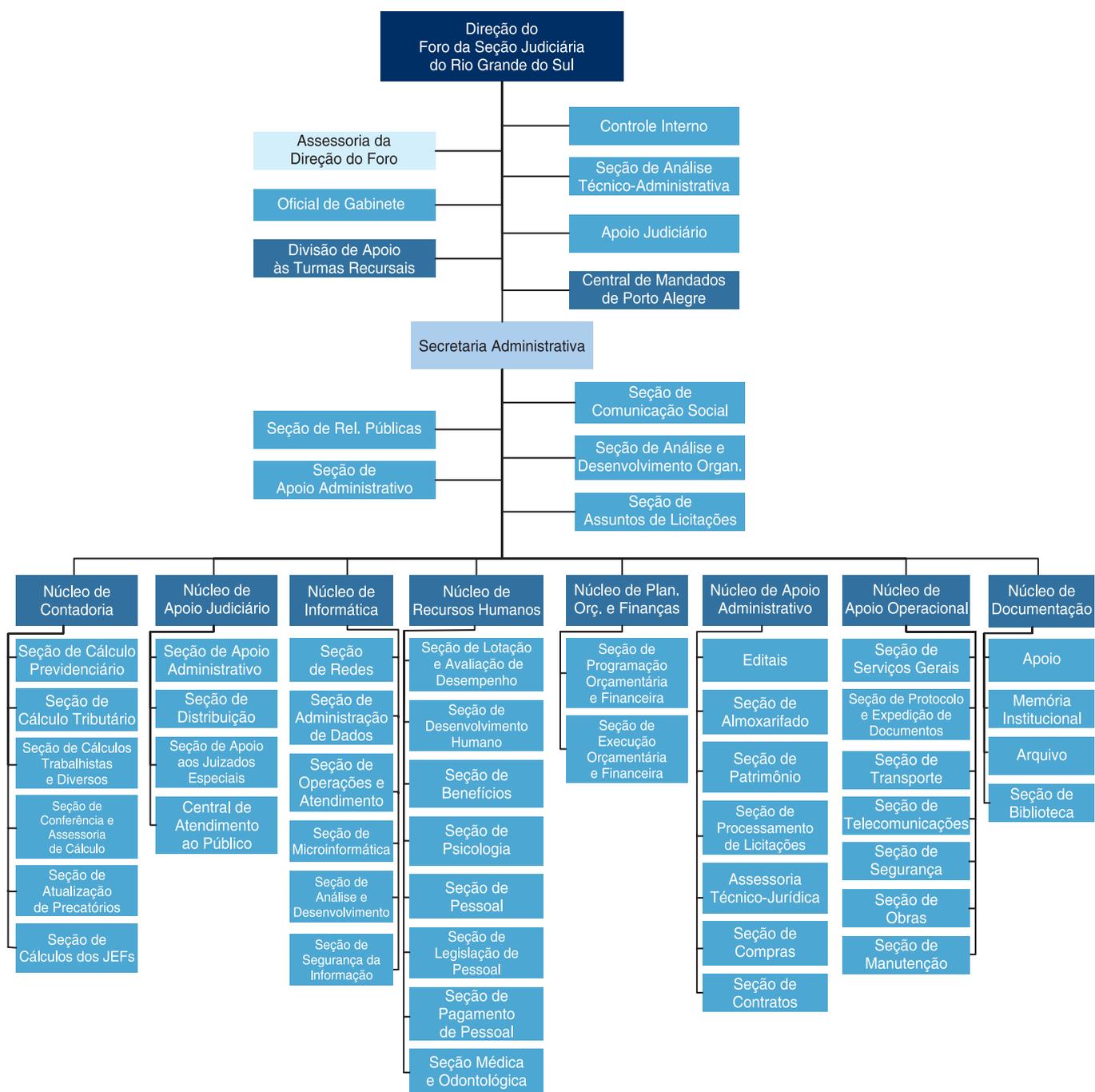
Total de magistrados	132
Total de servidores	1575
Total de estagiários	407
Total de voluntários	71
Total de colaboradores	277

A área administrativa da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul conta, atualmente, com 316 servidores na capital, que atendem a todas as demandas da Seção Judiciária, e 128 servidores nas Direções de Foro do interior, sendo que em cada subseção há um Supervisor de Apoio Judiciário e Administrativo.

Nesta totalização estão incluídos os oficiais de justiça vinculados às Centrais de Mandados da

capital e do interior. Todos estes servidores contribuem decisivamente para alcançar o propósito institucional da Justiça Federal – a prestação jurisdicional, conferindo o apoio judiciário, operacional, humano e administrativo, necessários para que a área-fim exerça suas funções com maior presteza, segurança e efetividade.

### ESTRUTURA ATUAL DA ÁREA ADMINISTRATIVA



# II - Identidade Organizacional



REUNIÃO DOS DIRETORES DE FORO  
EM CAXIAS DO SUL

## II - IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Com o objetivo de tornar mais amplo o acesso à Justiça, e cada vez mais célere e eficiente a prestação jurisdicional, as sucessivas administrações da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul têm trabalhado com planejamento, buscando dotar as unidades de trabalho de adequada estrutura de funcionamento e investindo em capacitação de recursos humanos.

No planejamento da instituição estão contempladas as suas principais linhas de trabalho, delineadas com uma forte fundamentação estratégica. Estabelecendo objetivos e ações de menor e maior alcance temporal, conclui-se que é possível trabalhar com alguma previsibilidade ao tomar decisões e executá-las. Com planejamento, também se avaliam os resultados das ações e redefinem-se estratégias, sempre norteadas pela missão da Seção Judiciária.

A gestão compreendida no biênio 2005-2007, com o objetivo de trabalhar com planejamento voltado a finalidades específicas alinhadas àquelas elencadas

pela gestão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, definiu o seu plano estratégico cujas bases estão lançadas a seguir.

Para sistematizar o entendimento dos objetivos a serem alcançados pela Justiça Federal do Rio Grande do Sul, foram definidos os principais elementos de sua identidade: Missão, Valores e Visão de Futuro.

A Missão determina o propósito institucional, expressando a razão de ser da instituição.

A Visão de futuro coloca, a partir de uma perspectiva de longo prazo, o conceito de qualidade organizacional que a instituição quer alcançar, servindo também como proposta de desafio e estímulo.

Os valores expõem as crenças que fundamentam o comportamento das pessoas, os quais devem ser defendidos pelo órgão público, permeando todos os processos, ações e relações que nele ocorrem.

### MISSÃO

*Promover a prestação jurisdicional efetiva, ágil, acessível e transparente a todos os jurisdicionados, por meio de um serviço público eficiente, em que sejam perquiridas e atendidas as expectativas dos usuários, aprimorando-se, valorizando-se e congregando-se o trabalho e a dedicação de servidores, magistrados, voluntários, estagiários e trabalhadores terceirizados.*

### VISÃO

*Que a Justiça Federal no Rio Grande do Sul seja reconhecida como via democrática de acesso à prestação jurisdicional efetiva e ágil, e que seja capaz de acolher com eficiência e respeito aqueles que buscam a Justiça e de promover constantemente o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus colaboradores.*

### VALORES DA INSTITUIÇÃO

*Espírito público*  
*Crença no serviço público*  
*Segurança jurídica*  
*Respeitabilidade*  
*Transparência*  
*Identidade institucional e espírito de equipe*  
*Compromisso com a instituição, sua função e suas metas*  
*Respeito para com o público interno e externo*  
*Criatividade*  
*Gestão democrática*

O escopo do planejamento da gestão 2005/2007 baseou-se em ações que buscassem:

- Agilizar, facilitar e simplificar a prestação jurisdicional
- Aprimorar o atendimento ao público externo
- Melhorar a comunicação interna e externa
- Estimular a criatividade
- Melhorar o relacionamento do público interno
- Valorizar e qualificar o corpo funcional
- Investir em tecnologia da informação
- Investir em infra-estrutura
- Aproveitar racionalmente e de forma criativa os recursos humanos e materiais
- Otimizar a utilização dos recursos orçamentários
- Adotar iniciativas conjuntas com as instituições afins, para a execução de objetivos comuns.

Definidas as estratégias de trabalho para o biênio, buscou-se concretizá-las a partir dos objetivos estratégicos externos e internos:

#### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS EXTERNOS

- Disseminar técnicas de tramitação de processos que contribuam para a prestação jurisdicional.
- Desenvolver sistemas informatizados que facilitem a tramitação dos processos e que abreviem o tempo com a realização dos atos processuais.
- Desenvolver sistemas que facilitem o acesso à informação processual e sobre o funcionamento da instituição, evitando deslocamentos desnecessários.
- Promover medidas de acesso à Justiça, acolher, agilizar e melhorar o atendimento aos jurisdicionados, com ênfase nas pessoas com necessidades especiais, nas áreas de acessibilidade, informação sobre os serviços judiciários, recebimento de autos e petições, encaminhamento de novas demandas sem ou com advogados, fornecimento de certidões, obtenção de cópias e outras.

- Estreitar as relações com advogados (OAB), Ministério Público, entidades públicas, Defensoria, comunidade jurídica e público em geral.
- Promover medidas de responsabilidade social e sócio-ambiental
- Melhorar a comunicação da Justiça Federal com a comunidade e vice-versa.

#### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INTERNOS

- Estreitar as relações entre as subseções, provendo o interior, o quanto possível, das condições e estrutura de trabalho disponíveis na capital, mantendo a preocupação com a unidade da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
- Valorizar e qualificar o corpo funcional.
- Incentivar e promover o clima organizacional, investindo na qualificação dos servidores nas áreas de liderança e visão sistêmica, disseminando o uso de ferramentas de gestão e fortalecendo a identidade institucional.
- Desenvolver a área de segurança na capital e no interior, incentivando medidas destinadas a promover a segurança das pessoas e dos bens da instituição.
- Melhorar a estrutura das unidades de trabalho, mediante aquisição de equipamentos e investimento em ergonomia.
- Redimensionar os espaços internos dos prédios-sede, para melhor aproveitamento.
- Desenvolver a gestão documental, com a preservação dos documentos históricos, de guarda temporária e permanente e com a eliminação dos documentos inservíveis.
- Fortalecer, resgatar e preservar a memória da instituição.
- Desenvolver os programas de ergonomia e de ginástica laboral para reduzir os riscos de doenças ocupacionais e melhorar as condições de trabalho, favorecendo um ambiente agradável e de feliz convívio entre os trabalhadores internos e entre estes e o público externo.

- Melhorar a comunicação interna entre as unidades judiciárias e as administrativas e entre as próprias unidades administrativas.
- Desenvolver e implantar sistemas que facilitem, padronizem, automatizem e tornem mais seguro o trabalho das unidades administrativas da capital.

Para alcançar os objetivos estratégicos, procurou-se desenvolver práticas de gestão modernas e inovadoras, buscando sempre criar as condições físicas e humanas necessárias. Em instrumento próprio, disponível na página da Intranet, foi lançado o plano de ação da Seção Judiciária para o biênio 2005-2007. As principais ações desenvolvidas estão apresentadas de forma concisa nas páginas a seguir.

# III - Destaques



### III - DESTAQUES

O foco constante na atividade jurisdicional, e na busca da sua efetividade, norteou as iniciativas adotadas e os programas mantidos pela estrutura administrativa da Justiça Federal do Rio Grande do Sul. Acreditando que o ideal de uma prestação jurisdicional efetiva, ágil e transparente a todos os jurisdicionados se dá por meio de um serviço público eficiente, foram executadas ações que buscaram valorizar, capacitar e estruturar as unidades de trabalho e garantir ao público externo maior acessibilidade, acolhimento e atendimento, merecendo destaque as seguintes realizações:

#### CENTRAL DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO



*Presidente do TRF4, Desembargadora Federal Maria Lúcia Luz Leiria, conduziu solenidade de instalação da CAP*

A Central de Atendimento ao Público – CAP é uma seção vinculada ao Núcleo de Apoio Judiciário, implantada na capital pela Portaria nº 109/2005 da Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, tendo sua estrutura aprovada pela Resolução nº 124/2005 da Presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Destina-se ao atendimento do público externo, mediante a prestação dos serviços de:

- **Protocolo único** – recebe, cadastra e remete às diversas varas todas as petições apresentadas por advogados e procuradores públicos, exceto as iniciais, e recebe os processos em carga. Este serviço está disponível tanto para o envio quanto para o recebimento das peças e autos

processuais, entre todas as subseções judiciárias da 4ª Região, e entre estas e o Tribunal Regional Federal.

- **Protocolo expresso** – recebe, cadastra e remete às varas as petições entregues pelos advogados, sem necessidade de acesso às dependências da subseção.
- **Informações processuais e institucionais** - presta informações às partes, aos advogados e aos interessados sobre o andamento dos processos, quando não houver necessidade de deslocamento às varas. Neste setor de atendimento também são prestadas informações sobre o funcionamento da Justiça Federal.
  - **Apoio ao processo eletrônico** – cadastra advogados, procuradores e peritos para utilização do processo eletrônico e presta informações e orientações gerais sobre a utilização do sistema e a digitalização de documentos.
  - **Ajuizamento de demandas dos Juizados Especiais Federais** – neste setor, os servidores reduzem a termo as demandas destinadas aos Juizados Especiais Federais, através do processo eletrônico, quando a parte autora pretende litigar sem a presença de advogado.

- **Assistência Judiciária Voluntária (AJV)** – presta atendimento ao público carente, por meio de advogados voluntários que ajuizam novas ações. A Assistência Judiciária Voluntária possui convênios com instituições de ensino superior, e atua de forma complementar à Defensoria Pública da União, ainda não estruturada suficientemente para atender à demanda.

- **Certidões** – emissão de certidões de distribuição, especialmente aquelas que não podem ser obtidas no portal da Justiça Federal.

- **Reprografia**

- **Cafeteria**

A CAP tem por finalidade precípua disponibilizar à comunidade que busca os serviços da Justiça Federal um atendimento mais rápido, simples, concentrado e com maior grau de padronização na prestação de serviços que não demandem comparecimento às unidades judiciárias, propiciando o acolhimento de quem busca a instituição, em um local adequadamente estruturado e integrado por servidores dedicados e experimentados no atendimento ao público, permitindo uma maior interação e comunicação institucional com usuários e advogados.

A implantação da Central de Atendimento ao Público foi realizada de forma gradativa, com início em novembro de 2005. Durante esse processo, foi criada uma comissão, composta por servidores da Direção do Foro, do Núcleo de Informática e por Diretores de Secretaria, para que se discutisse qual a estrutura necessária à CAP e de que modo ela deveria ser implantada; foi ainda solicitado parecer ao Comitê de Ergonomia da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul; propiciaram-se reuniões com todos os Diretores de Secretaria para que o projeto fosse apresentado e para que questões pertinentes a todas as matérias fossem amplamente debatidas e examinadas. Por fim, sendo uma concepção pioneira, optou-se por sua implantação gradual, viabilizando-se, assim, o dimensionamento adequado do serviço, enquanto se aguardava a estruturação do espaço físico que abrigaria todos os setores.

Somente em 14 de dezembro de 2006 a Central de Atendimento ao Público foi definitivamente inaugurada em local próprio, sendo que o projeto arquitetônico, elaborado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e executado pelo Núcleo de Apoio Operacional da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, observou os princípios da ergonomia e da moderna arquitetura, com a preocupação de integrar servidores e usuários em um ambiente acolhedor, de 757m², climatizado, com ampla área de circulação, dotado de computadores com acesso à *Internet*, valorizando-se o espaço público destinado ao atendimento.

Agregou-se ao projeto a reestruturação da Sala da Ordem dos Advogados do Brasil para melhor acolher

os advogados que militam junto à instituição, e a concepção de uma cafeteria, que tornou-se local de convivência e descompressão para os que aqui transitam e trabalham.

## NÚMEROS MÉDIOS DA CAP

### Certidões e informações

4 servidores	
Número de certidões/dia .....	150
Número de atendimentos para informações/dia .....	100

### Protocolo e recebimento de autos

12 servidores	
8 estagiários	
8 colaboradores	
Número de processos recebidos/dia .....	1200
Número de petições/dia.....	1500

### Ajuizamento de ações dos Juizados sem advogado

2 servidores	
2 estagiários	
Atendimentos no setor/dia.....	10
Processos ajuizados no setor desde a abertura da CAP .....	600

### Apoio ao Processo Eletrônico e AJV

3 servidores	
1 estagiário	
Advogados voluntários.....	19
Atendimentos /dia.....	50
Processos iniciados na AJV.....	4500

A criação da CAP resultou, ainda, na proporcional redução do trabalho de atendimento ao público nas varas, tornando possível a melhor distribuição das tarefas entre os servidores das secretarias, conforme se pôde depreender nos depoimentos de Diretores de Secretaria e dos advogados.

## VALORIZAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO



*Homenagem: reconhecimento à capacidade de trabalho e os anos de dedicação à JFRS*

No segundo semestre de 2006, o Núcleo de Recursos Humanos implantou o Programa de Valorização do Tempo de Serviço. Concebido de forma a fazer com que o servidor se perceba como agente na construção da história da Justiça Federal, a iniciativa reuniu-se a diversas outras ações voltadas à valorização e à capacitação do corpo funcional.

O reconhecimento à capacidade de trabalho dos servidores, à qualidade dos seus serviços e a valorização dos anos de dedicação à instituição constituíram-se em importantes objetivos elencados pela atual gestão. Por isto a homenagem aos servidores da instituição que completem 10, 15, 20 e 25 anos de dedicação à Justiça Federal.



*Servidores do interior do Estado também foram homenageados*

A realização do primeiro evento ocorreu no dia 20 de novembro de 2006, na subseção judiciária de Porto Alegre e, de forma concomitante, em todas as subseções judiciárias do estado. Setenta e cinco servidores, que completavam 10, 15, 20 e 25 anos de trabalho na Justiça Federal foram homenageados em atos solenes, perante os demais colegas e magistrados.

O programa foi institucionalizado por Portaria, estimando-se que a cada ano, entre as datas de comemoração

do Dia do Servidor Público (28 de outubro) e do Dia da Justiça (8 de dezembro), seja realizada a cerimônia de homenagem aos servidores que completem os importantes marcos temporais, de forma a reafirmar que são as pessoas que aqui trabalham que constroem esta instituição de Justiça.

### INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIA

Para cumprir sua missão constitucional, a Justiça Federal do Rio Grande do Sul apóia-se firmemente nos meios informatizados para processar, armazenar, recuperar e transmitir as informações processuais e os dados que, de maneira administrativa ou jurídica, dão suporte à prestação jurisdicional.

É indiscutível, mormente nos dias atuais, a importância estratégica, tática e operacional dos meios de tecnologia da informação e comunicação, na execução das finalidades de qualquer instituição. Na Justiça Federal, onde o volume de demanda supera qualquer estimativa razoável, o investimento em tecnologia é não apenas importante, mas condição indispensável para o eficaz e transparente funcionamento.

Investimentos importantes foram feitos para melhorar a infra-estrutura dos serviços de informática, visando à preservação do valor dos

ativos materiais que constituem o patrimônio público, dos valores imateriais mensuráveis, como o valor da hora de um colaborador que tenha sua produtividade prejudicada por falhas nos sistemas ou nos equipamentos centrais da organização e, ainda, a preservação dos dados lançados através dos sistemas, cuja perda, total ou parcial, traria prejuízos insuscetíveis de mensuração econômica, que atingiriam diretamente a prestação jurisdicional.

### Data Center

Em dezembro de 2005, a Administração realizou a contratação de empresa especializada para a elaboração de projeto técnico, com o objetivo de efetuar a transferência das instalações do Núcleo de Informática para o 8º andar do prédio-sede, sob o formato de data center. Concluído o projeto, foi contratada a execução da obra, ao final do ano de 2006.

O novo data center, localizado na ala oeste do 8º andar do edifício-sede, conta com uma série de mecanismos de segurança, como detecção precoce de fogo, controle de acesso através de biometria, instalação elétrica duplicada e ambiente climatizado, estanque a fumaça, a poeira e a gases tóxicos. Portanto, uma estrutura atualizada tecnologicamente, que possibilitará a acomodação dos equipamentos servidores de rede em um

ambiente seguro, visando à proteção das máquinas e das informações da instituição.

### Redimensionamento da Rede Lógica

Outra importante obra foi a reestruturação da rede lógica no prédio-sede, que além de processar todas as informações provenientes das subseções do interior do estado, atende às unidades da capital.

A rede lógica, concebida quando o uso das tecnologias web era ainda incipiente, encontrava-se com a sua capacidade esgotada, inviabilizando a conexão de mais estações de trabalho, o eficiente uso dos sistemas corporativos, o tráfego de dados de maior volume, e limitando a reformulação dos leiautes do prédio, com vistas ao melhor aproveitamento dos espaços. Na anterior gestão, mediante licitação, foi contratada a elaboração de projeto técnico e, durante a atual gestão, foi licitada, contratada e executada a obra da rede lógica, com a instalação de novos pontos de rede, aquisição de roteadores, *switchs* e ampliação da velocidade de tráfego de dados de 100 Mbps (*megabytes* por segundo) para 1 Gbps (*gigabyte* por segundo) e conexão *wireless*.

Na Subseção Judiciária de Santa Maria houve a ampliação da rede lógica, com a implantação de cabo de transmissão de dados de fibra ótica entre os prédios que sediam a Justiça Federal.

Em Canoas, realizaram-se obras de instalação elétrica e de cabeamento estruturado, suprimindo a antiga rede, substituindo-se, na sua totalidade, os cabeamentos que estavam subdimensionados para a demanda atual.

A velocidade dos links de dados entre as subseções judiciárias do interior e a sede em Porto Alegre foi ampliada, passando de 64 Kbps para 1 Mbps, impactando positivamente o uso dos sistemas processuais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que, na sua grande parte, funciona em ambiente web.



Data Center: mais proteção às informações da Justiça

# Linha do tempo da Justiça Federal



A Justiça Federal iniciou seu funcionamento nas dependências do prédio conhecido como "Palacinho". Menos de um mês depois, em 20 de julho de 1967, a Seção transferiu-se para o Edifício da Sociedade Companhia de Seguros Protetora, localizado na praça Rui Barbosa, em frente à Avenida Júlio de Castilhos, no centro de Porto Alegre.



Em 1971, a Lei nº 5762 reorganizou o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), em razão de falhas do sistema habitacional anterior. Em razão disso, várias ações começaram a ser ajuizadas na JF ao longo dos anos envolvendo a casa própria. Elas tinham por objetivo não só a execução dos valores em atraso, como também a retomada de imóveis, por parte dos agentes financeiros, adquiridos através do sistema do BNH, com base no Decreto-Lei nº 70, de 21/11/1966, em razão de contratos não cumpridos. Surgem então na JF os chamados processos em massa, com a mesma demanda mas diferentes autores.



O processo de interiorização da Justiça Federal teve início em 1987. A primeira vara escolhida no RS foi a de Rio Grande (implantada em 16 de maio de 1987). Atualmente nosso estado opera com 47 varas federais operando no interior, reunidas em 21 subseções, além das 24 varas localizadas em Porto Alegre.



A nova Constituição Federal brasileira foi promulgada em 5 de outubro de 1988. Ela estabeleceu mudanças significativas em relação a sua predecessora, o que aproximou mais a Justiça Federal do cidadão. O contexto desse período permitiu que se operassem mudanças que fizeram com que se alcançasse uma demanda sobre o Poder Judiciário que este nunca havia sentido. Temos então uma maior aproximação da Justiça com o cidadão comum, graças a instrumentos como os Juizados Especiais e a Defensoria Pública.

1967

1971

1987

1988

1967

1978

1983

1989

A Seção Judiciária do Rio Grande do Sul foi reinstalada com três varas federais após a vigência da Lei n.º 5.010/66, que recriou a JF de 1º Grau no Brasil. Os juízes foram empossados em 9 de maio do mesmo ano. Como Juiz Titular assumiu o Dr. José Néri da Silveira, Juiz da 1ª Vara e Diretor do Foro, e como Juízes Substitutos assumiram o Dr. Hermillo Shamann Galant, como Juiz da 2ª Vara, e o Dr. João Cézar Leitão Krieger, como Juiz da 3ª Vara. Em 10 de outubro foi feita a instalação solene.



Em 15 de junho de 1978, o casal Bauermann entrou com uma ação ordinária contra o INPS, dizendo que os cálculos da sua aposentadoria haviam sido feitos incorretamente, variando os percentuais de aumento em razão do mês de sua implementação. Dois anos depois foi proferida a sentença, julgando a ação procedente e condenando o INPS a reajustar o benefício. A partir dessa decisão, centenas de milhares de processos começaram a aparecer na JF em todo o Brasil, auxiliando na busca por uma solução para a situação de injustiça que atingia inúmeros aposentados.



Em 25 de novembro de 1983 foram inaugurados os serviços de informática nas varas criminais, que automatizou o sorteio para a distribuição dos processos, além de permitir o cadastramento dos feitos e o lançamento de fases.

Em 1987 os sistemas processuais foram unificados e os servidores receberam treinamento para operar e programar os novos equipamentos. Durante os anos 90, o processamento das folhas de pagamento foi informatizado, foi disponibilizada uma página na Internet e os computadores da JF foram ligados em rede.



No dia 30 de março de 1989 foi instalado o TRF da 4ª Região, com sede em Porto Alegre e com jurisdição sobre o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Os cinco novos Tribunais Regionais foram instituídos pela Constituição de 1988, substituindo o Tribunal Federal de Recursos na 2ª Instância da Justiça Federal. O TRF da 4ª Região ocupou, inicialmente, um prédio localizado na rua Washington Luiz.





Foi em 1993 que a especialização de varas ocorreu de maneira sistemática e consolidada dentro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. Nesse momento são criadas oito varas: uma vara criminal, duas varas de execução fiscal e cinco varas previdenciárias. Dessa forma tornou-se possível concentrar as ações pelo tipo de pedido, resultando em maior celeridade e qualidade na prestação jurisdicional.



Em 14 de janeiro de 2002 ocorreu a cerimônia de lançamento nacional dos juizados especiais federais (JEFs), em Porto Alegre. Decorrência da expansão da Justiça Federal na busca de uma maior aproximação com a sociedade, os JEFs foram criados com o intuito de simplificar e facilitar não apenas a tramitação de processos, mas também o acesso ao Judiciário de todos os cidadãos que acreditem terem sido lesados pela União ou por suas empresas públicas e autarquias, em ações de pequeno valor. Seu objetivo é reduzir o número de etapas processuais e simplificá-las, a fim de oferecer uma justiça mais ágil.



No dia 28 de julho de 2003 foi implantado em Rio Grande o sistema de Processo Eletrônico, inaugurando uma nova era na Justiça Federal. Desenvolvido pelo TRF da 4ª Região, ele tem tramitação totalmente virtual, através de sistema seguro, que dispensa o uso de papel e permite que toda a movimentação do processo ocorra através da Internet. Atualmente ele está instalado em todas as Subseções e é voltado para os processos dos JEFs, reduzindo o tempo da tramitação do processo e automatizando diversos procedimentos.



A Justiça Federal está completando 40 anos de reinstalação em 2007. Esse tempo de existência é marcado pela história das pessoas que aqui prestaram seus serviços, demandaram, conviveram, e, acima de tudo, acreditaram na Justiça como um ideal que pode ser realizado. Em razão desta data tão especial, a Justiça Federal do RS, com o apoio e a participação do TRF da 4ª Região e da AJUFERGS, está preparando uma série de atividades que destacam a sua história, resgatam a sua memória e a sua contribuição para a construção da cidadania. Em 9 de maio as atividades comemorativas foram iniciadas e serão estendidas ao longo do ano.

1993

2002

2003

2007

1997

2003

2006

Com o aumento da demanda do Judiciário Federal, foi necessário construir uma nova sede, mais moderna, inaugurada em 9 de maio de 1997, ocasião do aniversário de 30 anos da reimplantação da Justiça Federal. Como patrono da nova sede, foi escolhido o Ministro do Tribunal Federal de Recursos, Américo Godoy Ilha, autoridade que empossou os três primeiros Juízes Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.



Em 2003 o TRF criou o Projeto de Conciliação (PROJECON), estabelecendo a possibilidade de conciliação em ações em trâmite no 2º Grau envolvendo o SFH. O projeto foi ampliado e descentralizado, surgindo o Sistema de Conciliação (SISTCON), que hoje coordena as ações de conciliação em toda a 4ª Região. Hoje, a conciliação multiplicou-se e o entendimento entre as partes é alcançado em diversas instâncias e ações, como FGTS, financiamento da casa própria, benefícios previdenciários, contratos bancários, execuções fiscais e até desapropriação.



A Justiça Federal do Rio Grande do Sul inaugurou, no dia 14 de dezembro de 2006, as instalações da Central de Atendimento ao Público (CAP), localizada no andar térreo, Ala Leste, do prédio-sede, em Porto Alegre. A nova unidade está totalmente dimensionada para o atendimento, concentrando serviços como protocolo unificado de petições, entrega de autos, informações processuais, emissões de certidões, atermção de novas demandas, assistência judiciária voluntária. O propósito da criação da CAP é bem acolher e facilitar o acesso dos usuários aos serviços, permitindo o redimensionamento do trabalho das secretarias das varas federais.



## CELEBRAÇÕES AOS 40 ANOS DE REINSTALAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL



*Solemnidade de comemoração aos 40 anos da JF*

Neste ano de 2007, a Justiça Federal está comemorando 40 anos da sua reinstalação. Ao ensejo das comemorações deste importante aniversário, a Seção Judiciária do Rio Grande do Sul resgata a sua história, no intuito de conhecê-la e difundi-la, através de ações desenvolvidas pelo Núcleo de Documentação - Seção de Memória Institucional e pela Comissão Justiça Federal 40 anos.

Com o apoio e a participação do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e da Associação dos Juizes Federais do Rio Grande do Sul – AJUFERGS, foram planejadas diversas atividades que destacam a história da Justiça Federal gaúcha, resgatam a sua memória e a sua contri-

buição para a construção da cidadania, aproximando a instituição ainda mais da comunidade e difundindo o espírito de união entre os integrantes do seu corpo funcional. A campanha transcorre entre os meses de maio e outubro de 2007, e seus eventos destinam-se à comunidade e ao público interno.

A história da Justiça Federal pode ser dividida em duas fases. A primeira começa em 11 de novembro de 1890, quando, através do Decreto nº 848, e em razão da forma federativa de Estado, a instituição foi criada, sendo extinta, porém, quarenta e sete anos depois, pela Constituição outorgada em 10 de novembro de 1937, na vigência do Estado Novo. A segunda fase da

Justiça Federal inicia-se em 1967, com duas datas marcantes no Rio Grande do Sul: a posse dos primeiros juízes, ocorrida em 9 de maio, e a reinstalação solene em prédio próprio, em 10 de outubro.

Esses 40 anos desde a reinstalação da Justiça Federal são marcados pela história das pessoas que aqui prestaram seus serviços, demandaram, conviveram, e, acima de tudo, acreditaram na Justiça como um ideal que pode ser realizado. E pelas pessoas que continuam fazendo a história, reescrevendo-a, buscando todos os dias alcançar a prestação jurisdicional mais efetiva a todos que vêm ao Judiciário em busca da solução de seus conflitos.

As atividades preparatórias incluíram, além do planejamento, a confecção de uma agenda comemorativa, que reproduziu em suas páginas fatos marcantes da história dos últimos 40 anos, e o lançamento do selo comemorativo, desenvolvido pelo servidor do Núcleo de Informática, Marcelo Carlini.

A campanha teve início solene no dia 9 de maio de 2007, com abertura pela Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, desembargadora federal Maria Lúcia Luz Leiria, pela Diretora do Foro da Seção Judiciária, juíza federal Taís Schilling Ferraz, e pelo Presidente da Associação dos Juizes Federais do Rio Grande do Sul, juiz federal Adel Américo Dias de Oliveira. Realizou-se o ato de homenagem aos decaanos da instituição: magistrados, servidores, advogados, membros do Ministério Público e prestadores de serviço. Na mesma oportunidade, foi proferida palestra sobre o contexto social, cultural e político no país e no mundo à época da reinstalação, pelo Secretário Municipal da Cultura de Porto Alegre e professor Sérgio Gonzaga.

No prosseguimento das atividades da campanha, foi realizada em 10 de maio, palestra motivacional, pelo esportista velejador Lars Grael, tendo como tema a superação das adversidades. O evento foi direcionado ao público interno e transmitido ao vivo, por videoconferência, para 10 subseções judiciárias gaúchas, alcançando assistência recorde na instituição.

Está sendo compilado material para a edição de um livro alusivo aos 40 anos da reinstalação, que trará, por meio de pesquisas realizadas pelo Núcleo de Documentação, o conhecimento sobre fatos importantes na história da Justiça Federal gaúcha, contatos e entrevistas com pessoas envolvidas na sua construção e inserção dos fatos no contexto histórico em que se deram.

Realizam-se, também, durante o ano de 2007, exposições na capital e nas subseções de Rio Grande, Santa Maria, Passo Fundo e Uruguaiana, que completam 20 anos de implantação. Na exposição é retratado o desenvolvimento humano, estrutural e de trabalho, além do relacionamento entre os cidadãos e a instituição.

Através de um documentário, produzido por empresa contratada, após processo licitatório, a história da Justiça Federal é reconstituída, registrada e divulgada para o público interno e a comunidade.



*Lars Grael ministrou palestra motivacional para servidores*

Além destas atividades, estão programados um concurso de monografias, tendo como público-alvo os estudantes de Direito nos semestres finais do curso, a produção de vídeo institucional, a realização de outras atividades de capacitação, a descentralização do atendimento ao público, com a instalação de postos de atendimento fora do prédio-sede, entre outros eventos.

No dia 16 de maio de 2007, a Subseção Judiciária de Rio Grande realizou evento festivo em abertura às comemorações dos 20 anos da sua implantação no estado. A cerimônia foi presidida pela juíza federal Cláudia Maria Dadico, Diretora do Foro da Subseção, e contou com a presença do desembargador federal Vilson Darós, representando o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, da Juíza Diretora do Foro da Seção Judiciária, dos magistrados e servidores da subseção e de diversas autoridades e integrantes da comunidade. Na ocasião, foram homenageados o desembargador Vilson Darós, primeiro magistrado a assumir a vara federal local, em 1987, a primeira Diretora de Secretaria, Dra. Maria de Lourdes Martins Lucchin e o advogado Jorge Ferreira Porto. Na instalação da primeira vara federal no interior do estado, o quadro funcional era de apenas sete servidores e a secretaria funcionava em espaço cedido pela Receita Federal. Dias após sua implantação, recebia os primeiros processos novos e 1.500 execuções fiscais oriundas da Justiça Estadual. Hoje, a Subseção possui três varas federais, sendo uma exclusivamente de

juizados especial, e tramitam cerca de 23 mil processos, muitos dos quais de grande complexidade e impacto social, marcadamente relacionados com a economia e a geografia da região.

Em evento realizado no dia 21 de maio de 2007, a Subseção Judiciária de Santa Maria comemorou seus 20 anos de instalação. Precedendo as comemorações oficiais, foi realizado um ato simbólico para marcar a entrega de doações a entidades sociais do município, conveniadas com a Justiça Federal. O valor doado, aproximadamente R\$ 110 mil, é proveniente das execuções penais, vinda de réus que tiveram suas penas substituídas por prestação pecuniária. Ao todo foram beneficiadas 17 instituições. Logo após, na cerimônia presidida pelo Diretor do Foro da Subseção, juiz federal Ézio Teixeira, foi prestada homenagem ao Vice-Diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que na ocasião representava a Direção do Foro do estado, juiz federal Hermes Siedler da Conceição Júnior, por seus serviços prestados à comunidade ao longo dos dez anos em que atuou na justiça santa-mariense. Estavam presentes, ainda, na ocasião, magistrados locais e de outras sedes da Justiça Federal, funcionários da instituição e autoridades civis e militares da cidade. Santa Maria foi a segunda subseção a ser criada no interior do Rio Grande do Sul. É composta por quatro varas e dois juizados adjuntos com jurisdição sobre 23 municípios da região. Atualmente, tramitam mais de 33 mil ações, sendo que apenas em 2006 foram ajuizados

10.716 novos processos (7.898 processos físicos e 2.818 processos eletrônicos).

As comemorações relativas aos 20 anos de instalação da Subseção Judiciária de Passo Fundo estão previstas para ocorrer no dia 22 de junho de 2007 e as relativas à subseção de Uruguaiana devem ocorrer no mês de setembro do corrente ano.



Solenidade de comemoração aos 20 anos da Subseção de Rio Grande

# IV - Pessoas e Equipes



PROGRAMA COMPETÊNCIAS COLETIVAS

## IV - PESSOAS E EQUIPES

O maior patrimônio da Justiça Federal são as pessoas que aqui trabalham ou trabalharam, em ambos os lados do balcão, assim como as pessoas que aqui depositaram a confiança de solução de seus mais importantes conflitos. São os magistrados, os servidores, os advogados, as partes, os procuradores públicos, os estagiários, os prestadores de serviço, os voluntários.

Investimentos constantes e diversificados são necessários para manter alto o grau de motivação dos que aqui labutam, para que possam enfrentar o imenso volume de trabalho e os desafios diários.

Neste contexto, a ampliação do quadro de servidores é cada vez mais necessária, mas não se constitui em alternativa única. A produtividade, a qualidade do trabalho e a motivação dos servidores pode ser alcançada também, por meio de ações que prestigiem a criatividade e a pro-atividade.

Com este objetivo, além de ter sido buscada a ampliação do quadro, nos limites das possibilidades da atual reserva técnica, foram implantados, no campo dos recursos humanos, programas de valorização, projetos de capacitação de servidores, realizados investimentos em ergonomia e executados programas na área da saúde. O incremento no número de servidores deu-se, inicialmente, mediante proposição da retirada de cargos da reserva técnica, pelos Diretores de Foro das Seções Judiciárias do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, acolhida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Foram retirados da reserva técnica diversos cargos originados das leis anteriores, que criaram varas federais no Rio Grande do Sul, especialmente a Lei nº 10.772/03, o que se tornou possível com o descontingenciamento de recursos, no segundo semestre de 2005. Este procedimento permitiu a criação da estrutura das varas e Direções de Foro das subseções de Erechim, Cachoeira do Sul, Carazinho, Lajeado, Santana do Livramento, Santa Rosa e Santiago, cujas unidades haviam sido implantadas com o redirecionamento provisório de recursos humanos de outras áreas. Também a partir desta ação, foi possível a recomposição das antigas mini-varas, que foram instaladas com estrutura de

pessoal substancialmente inferior às demais unidades judiciárias. Foram possibilitados, ainda, ajustes de vagas entre as subseções e incremento no quadro de analistas da subseção de Porto Alegre, inclusive com especialização dos cargos de médico clínico geral e de engenheiro elétrico. No total, o incremento foi de 14 cargos de Analistas Judiciários – Executantes de Mandado; 42 Analistas Judiciários – Sem Especialidade; 86 Técnicos Judiciários – Sem Especialidade; 07 Analistas Judiciários – Contadoria; 06 Técnicos Judiciários – Segurança e Transporte; 05 Técnicos Judiciários – Operadores de Computador; 01 Analista Judiciário – Medicina; 03 Analistas Judiciários – Informática.

Também da reserva técnica da Seção Judiciária, e para estruturar as subseções e varas federais, reestruturar ou criar setores administrativos e Turmas Recursais, foram destinadas ou redirecionadas funções comissionadas a partir da reserva técnica.

A instalação da 2ª Turma Recursal apenas se tornou possível por meio do redirecionamento de cargos vagos do interior para a capital e mediante o respectivo provimento. Para tanto, contribuíram diversas subseções judiciárias, cujos quadros deverão ser recompostos quando da superveniência da lei que estruturar as Turmas Recursais no estado, cujo projeto tramita no Congresso Nacional.

Além disto, em decisão inédita, e por ocasião do elevado número de vagas livres existentes na lista geral da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul no concurso de 2004, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região autorizou a realização de consulta presencial aos candidatos, em data próxima do final da validade do concurso, entre os dias 31/07/2006 e 14/08/2006, mudança de procedimento que acelerou muito o provimento dos cargos. Os candidatos aprovados compareceram na sede da Justiça Federal, em Porto Alegre, a fim de escolherem, dentro das vagas livres e da respectiva ordem de classificação no concurso, a subseção de sua preferência, para futura nomeação.

### CAPACITAÇÃO E MOTIVAÇÃO

Foram realizados diversos cursos de atualização e formação de servidores, promovidos internamente, pela instituição, ou frequentados em entidades de

reconhecida capacidade, tendo sido disponibilizadas ao todo 3.751 vagas em diversos cursos, simpósios e treinamentos. No programa de capacitação, destacam-se:

### PROGRAMA COMPETÊNCIAS COLETIVAS



Formatado e iniciado na gestão anterior, foi mantido o Programa Competências Coletivas desenvolvido pelo Núcleo de Recursos Humanos - Seção de Desenvolvimento Humano - SDH. Destinado, inicialmente, a Diretores de Secretaria, Diretores de Núcleo e Supervisores Administrativo-Judiciários do interior e da área administrativa da capital, o programa tem por finalidade desenvolver competências individuais e institucionais, difundindo o conhecimento sobre a existência e o uso das ferramentas na área de gestão de pessoas e de liderança, bem como visão sistêmica da Justiça Federal.

O programa básico foi executado em 5 módulos: *outdoor training* em Teutônia, com enfoque em liderança, e outros 4 módulos comportamentais *in company*, que trataram de competência interpessoal e processo de mudança, liderança, competências de gestão e trabalho em equipe.

O programa avançado foi realizado em 07 módulos, alternando enfoques comportamentais e enfoques técnicos. Entre os temas técnicos estão: gestão por competências, *endomarketing*, negociação, além da inclusão de leituras sobre temas relacionados à gestão de pessoas. Estes temas foram escolhidos de forma a proporcionar aos gerentes uma visão institucional mais estratégica e de longo prazo,

através do fomento da filosofia de construção coletiva e da troca de experiências.

Atualmente está em fase de formatação a terceira etapa, que amplia o programa aos demais servidores, e inicia a fase de desenvolvimento de equipes. O primeiro módulo desta terceira etapa já ocorre, com as turmas de *outdoor training*.

A participação no programa, apesar de voluntária, teve adesão praticamente total em toda a sua execução, pois o curso foi formatado com base em prévio levantamento de necessidades junto aos diretores da capital, validada pelos demais diretores. O resultado desta adesão e da adequação do programa à realidade foi a sua aprovação pelos participantes, bem como a aplicação dos conhecimentos em seus ambientes de trabalho, com resultados já registrados.

### OUTDOOR TRAINING



O *outdoor training* é um dos modernos métodos aplicados ao desenvolvimento profissional, que reforça e fixa conceitos teóricos na prática. Consiste em proporcionar ao grupo a realização de atividades e experiências ao ar livre, onde são propostas situações reais em que os participantes têm a oportunidade de experimentar vivências e exercitar a reflexão. O trabalho pressupõe a troca de experiências e o desafio de resolver problemas em situações adversas, utilizando criatividade, competências pessoais e liderança.

Os exercícios escritos e psicológicos cedem espaço para atividades radicais, como *rafting*, *rappel* e *trekking*. São muito mais do que momentos de esporte e lazer. Nestas atividades, situações imprevisíveis são enfrentadas e as pessoas têm a oportunidade de superar seus limites, vencer desafios e compartilhar com o grupo vitórias e frustrações, alcançando resultados posteriormente compartilhados no grande grupo e relacionados às vivências do ambiente de trabalho.

O *outdoor training* insere-se no programa competências coletivas como fase preparatória para o desenvolvimento de equipes. Trata-se de ação que, além de valorizar os servidores e a sua capacitação, fomentando as relações interpessoais, também aprimora a qualidade da comunicação e potencializa o espírito de equipe.

*"A proposta foi um fator de integração para o grupo. Em todos os aspectos foi muito positivo".*

*José C. Moraes,  
1ª Vara Federal de Novo Hamburgo*

*"... Tivemos três dias que fugiram completamente da rotina, nos conhecemos, trocamos idéias, falamos de trabalho longe do trabalho. Nos sentimos extremamente valorizados enquanto funcionários e pessoas. Espero que o programa continue e muitos colegas ainda possam desfrutar desse benefício".*

*Flávio Silveira,  
Vara Federal Criminal de Novo Hamburgo*

Foram realizados quatorze trabalhos de caráter comportamental, em Teutônia, para um total de 243 servidores de toda a Seção Judiciária, divididos por região do estado (interior) ou área de trabalho (Porto Alegre), e já estão contratados mais cinco eventos, a serem realizados até o final de 2007, atingindo um público de 100 servidores. As inscrições foram voluntárias, desvinculadas do exercício de função comissionada e o programa foi realizado com o enfoque de aprimorar as relações interpessoais e com a Justiça Federal. Todas as turmas contaram com acompanhamento de um servidor da Seção de Desenvolvimento Humano, além de profissional

especializado, contratado para acompanhar e orientar o programa. Os resultados de cada uma das turmas foram compilados, analisados e apresentados à Administração, como elemento fundamental na definição das novas estratégias de investimento e capacitação.

Dezessete servidores da Subseção Judiciária de Novo Hamburgo foram os pioneiros na modalidade. O aprendizado individual e coletivo por meio de atividades esportivas e conversas em volta da fogueira, sempre em contato direto com a natureza, fez parte da paisagem do primeiro outdoor training realizado no dia 7 de agosto de 2006.

#### **ENCONTRO DE DIRETORES DE SECRETARIA E DE NÚCLEO**



No exercício de 2006, a Seção de Desenvolvimento Humano, do Núcleo de Recursos Humanos, passou a ser responsável pela organização do Encontro de Diretores.

No período de 06 a 07 de julho de 2006, realizou-se o V Encontro de Diretores de Secretaria e a III Jornada de Procedimentos Administrativos, com o tema "Experiências Compartilhadas: A Renovação do Cenário Atual", que contou com 88 participantes e buscou oportunizar espaço para a troca de experiências, visando a socializar práticas e a buscar soluções que possam contribuir para a melhoria da qualidade do trabalho e da qualidade de vida dos servidores.

No dia 04 de dezembro de 2006, foram realizadas a IV Jornada de Procedimentos Administrativos e o VI Encontro de Diretores de Secretaria, com uma pauta específica de assuntos de Recursos Humanos.

Observou-se que, a partir do Programa Competências Coletivas, os encontros passaram a ter um

caráter mais propositivo e os diretores passaram a apresentar, além de problemas, soluções possíveis à Administração.

Após a realização do encontro, as decisões recebem direcionamentos importantes para realização das demandas apontadas pelos participantes, com o auxílio da Seção de Análise e Desenvolvimento Organizacional.

### **CURSOS DE FINAL DE TARDE**



A partir do ano de 2006, foi implementada nova modalidade de capacitação, para tratar de temas pontuais e contemporâneos, de demanda mais premente, com duração de duas horas cada. O programa consiste na realização de aulas, ministradas por juízes, servidores ou profissionais convidados, com domínio do assunto. Os eventos são realizados no auditório do prédio-sede da Justiça Federal em Porto Alegre, com transmissão via videoconferência às unidades do interior que dispõem de equipamento para recepção. Em nove edições, apresentadas para um total de 711 servidores presentes no auditório do prédio-sede, foram debatidos diversos temas.

### **CURSOS PARA SERVIDORES QUE TRABALHAM EM ÁREAS AFINS**

Durante a gestão, foram realizados diversos cursos para servidores que realizam atividades afins, buscando a troca de experiências e otimização das atividades.

#### **Atendimento ao Público**

Nos dias 23 e 24 de abril do ano de 2007, foi realizado o curso de atendimento ao público para servidores da capital e do interior, que trabalham na área.

Foram desenvolvidos temas teóricos e práticos sobre o atendimento e realizada oficina de trabalho entre os participantes.

### **Operadores de Informática**

Durante a gestão, foram realizados três cursos, em Porto Alegre, que reuniram todos os operadores de informática do interior. Estes encontros, organizados pelo Núcleo de Informática, têm por finalidade a atualização tecnológica e a padronização dos sistemas. Durante o ano, também são realizadas diversas reuniões por videoconferência com esse mesmo objetivo.

### **Oficiais de Justiça**

Nos períodos de 21 a 22 de maio de 2007, foi realizado curso sobre alterações do Código de Processo Civil para executantes de mandados e fórum de discussões sobre temas pertinentes à atividade, com participação de oficiais de justiça da capital e do interior e de magistrados das varas de execução fiscal.

### **SINIC - Sistema Nacional de Informações Criminais**



Numa iniciativa inédita no país, através de convênio entre a Justiça Federal do Rio Grande do Sul e Polícia Federal, a Seção Judiciária obteve acesso direto ao SINIC, sistema que acessa o banco de dados da Polícia Federal.

Em razão disto, foram realizados cursos direcionados a servidores e magistrados de varas com competência criminal, ministrados por servidores da Polícia Federal, durante os meses de março e abril de 2007.

## Curso de Primeiros Socorros

Trata-se de curso voltado para Agentes de Segurança, integrantes ou não do Grupo Especial de Segurança, servidores da brigada de incêndio, da capital e do interior, servidores da Seção Médica e da Seção de Desenvolvimento Humano, para formação de socorristas. Os primeiros módulos foram realizados nos meses de abril e maio de 2007. No primeiro semestre de 2007 realizam-se, ainda, outros cursos de primeiros socorros.

## Financeiro

O Núcleo de Orçamento, Planejamento e Finanças – NPOF, da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, em conjunto com o Núcleo de Recursos Humanos - NRH, formatou e realizou, no mês de outubro de 2006, o Curso Avançado do Sistema de Administração Financeira da União – SIAFI, voltado especificamente à área de execução orçamentária e financeira e de controle contábil, que promoveu o intercâmbio de conhecimentos entre os Núcleos Financeiros de diversos órgãos. O curso teve, além da participação dos servidores do NPOF e do Controle Interno, a participação de servidores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, da Seção Judiciária do Paraná, da Justiça Militar, do Tribunal Regional Eleitoral e do Tribunal Regional do Trabalho. O curso foi estendido aos demais órgãos da Justiça com o intuito de troca de experiências e de rotinas bem sucedidas.

## CURSOS DIVERSOS

### Português para Servidores



Dez turmas foram alcançadas durante o ano de 2006, com o Curso de Atualização em Língua Portuguesa. Participaram 314 servidores da capital e das

subseções de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Lajeado, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Carazinho, Santo Ângelo, Santa Rosa, Rio Grande, Pelotas, Santana do Livramento, Uruguaiana e Canoas, em busca do aprimoramento dos conhecimentos da língua, imprescindíveis ao exercício de suas funções.

## Cálculos



O Núcleo de Contadoria - NCON realizou treinamentos dos servidores que efetuam cálculos nas subseções do interior do estado, quer seja nas Contadorias ou nas varas. Durante a gestão, foram treinados 24 servidores de 15 diferentes subseções. A capacitação é feita diretamente no exercício das atividades de cálculo, proporcionando aos servidores, além do conhecimento teórico, a vivência prática que enfrentarão em suas subseções de origem.

Em Porto Alegre, foi realizado junto a diversas varas federais um trabalho de descentralização da elaboração de contas simples, com a disponibilização do programa de cálculo pelo Núcleo de Contadoria e o treinamento de servidores. Assim, muitos cálculos, principalmente de atualização, passaram a ser elaborados nas próprias varas, agilizando o trâmite de vários processos e diminuindo a sobrecarga do Núcleo.

Foram, ainda, ministrados cursos pela Contadoria de Porto Alegre aos servidores que atuam no trabalho de contadoria, nas subseções do interior, para apresentação dos atuais sistemas de cálculos desenvolvidos e utilizados na Seção Judiciária. Em setembro de 2005, atendendo ao convite do juiz Diretor do Foro da Subseção Judiciária de Santa

Maria, o Núcleo de Contadoria ministrou a advogados, peritos e servidores, curso sobre os programas para cálculos judiciais disponibilizados na *Internet* (PROJEF e JUSPREV).

### **Treinamentos Aplicados na Área de Informática**

O Núcleo de Informática ministrou, ao longo da gestão, cursos para servidores da área-fim e da área-meio sobre a utilização de novos sistemas, como o GEDPRO, o WEBMAIL ZIMBRA, e para o aperfeiçoamento no emprego de programas já existentes, como o processo eletrônico, a planilha do SIAPRO, o módulo de mandados.

Os treinamentos para utilização dos sistemas GEDPRO e Processo Eletrônico foram executados em conjunto com a Direção do Foro da Seção Judiciária, que destacou, contando com o auxílio dos magistrados de várias subseções, servidores da área-fim para ministrarem os referidos cursos, sempre acompanhados de técnico do Núcleo de Informática.

Com a expansão do processo eletrônico dos juizados especiais federais para todas as subseções judiciárias, foram realizados diversos cursos destinados a servidores, magistrados e advogados, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com o apoio de servidores da área-fim desta Seção Judiciária.

Mais recentemente, com a criação das funções de coordenação estadual do processo eletrônico, os cursos passaram integralmente à competência das Seções Judiciárias, e, após a expansão do uso da ferramenta para todos os processos cíveis de juizados especiais federais, já foram promovidos vários cursos, na capital e no interior, destinados a servidores, advogados e peritos, sob a responsabilidade do Coordenador, juiz federal Fábio Dutra Lucarelli e apoio técnico dos servidores das varas federais, do Núcleo de Informática e da assessora da Direção do Foro.

### **SEMANA DA JUSTIÇA FEDERAL**

Há 10 anos, por iniciativa de um grupo de magistrados e servidores da Seção Judiciária de Santa Catarina, o então Diretor do Foro, desembargador

Luiz Carlos de Castro Lugon, formou comissão destinada a realizar a “Semana da Justiça Federal”, evento cultural e esportivo destinado a comemorar o Dia da Justiça – 8 de dezembro, bem como congregar servidores, magistrados e estagiários através de uma atividade humana saudável e agregadora, que é o esporte. Para o evento, são realizadas inscrições pagas pelos participantes, além do patrocínio de entidades.



De 29 de outubro a 02 de novembro de 2005, os servidores, os magistrados e os estagiários de toda a 4ª Região participaram da XI Semana da Justiça Federal, realizada na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. O juiz federal da 2ª Vara e Juizado Especial Previdenciário de Canoas, Fábio Dutra Lucarelli, foi o presidente da comissão organizadora. A Caixa Econômica Federal patrocinou o evento e a AJUFERGS foi apoiadora e co-realizadora.

A Seção Judiciária do Rio Grande do Sul teve participação expressiva e logrou êxito nas modalidades de atletismo – 8 mil metros, atletismo – 3 mil metros – masculino, atletismo – 3 mil metros – feminino, natação – 50 metros – masculino, natação – 50 metros – feminino, xadrez, futsal feminino, vôlei misto e futebol máster.

Durante a XII Semana da Justiça Federal, realizada em Florianópolis, de 7 a 10 de dezembro de 2006, as equipes do Rio Grande do Sul foram destaque nas modalidades futebol máster, natação masculino, xadrez, futsal feminino, vôlei misto, dominó e jogos eletrônicos.

No ano de 2007, foi editada a Portaria n.º 57, da Presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª

Região, que instituiu o Regulamento Geral da Semana da Justiça Federal no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região.



*Festa de encerramento e premiação da XI Semana da JF*

## BEM ESTAR E SAÚDE NO TRABALHO

Ciente de que o bem-estar, a motivação e a boa qualidade de vida dos magistrados, servidores e colaboradores é o caminho para tornar mais agradável a tarefa diária de realização de uma prestação jurisdicional mais ágil e efetiva, as administrações têm investido em ações com objetivo de reduzir os riscos de doenças ocupacionais e melhorar as condições de trabalho, favorecendo um ambiente agradável, agregador e de feliz convívio entre as pessoas que trabalham na Justiça Federal e entre estas e as que aqui ocorrem diariamente. Para tanto, foram desenvolvidas as seguintes ações:

### GINÁSTICA LABORAL



A gestão 2005-2007 manteve o programa de ginástica laboral, com o mesmo objetivo da gestão anterior, o de prevenir os casos de LER/DORT, bem como reduzir as dificuldades geradas por problemas

posturais e ambientais e possibilitar aos magistrados, servidores e estagiários maior integração e qualidade de vida no trabalho, a partir de pausas regulares e exercícios orientados, realizados coletivamente.

O programa sofreu algumas adequações, para tratamento específico às diversas espécies de trabalho desenvolvido pelos servidores. Nesta linha, por exemplo, os que trabalham exclusivamente com processo eletrônico recebem atenção voltada para as lesões causadas pelo uso repetitivo do mouse. No atual contrato, há previsão da introdução experimental de atividade específica de relaxamento e orientação de exercícios específicos para os servidores do Grupo Especial de Segurança. E está incluída, ainda, a realização de minipalestras nas unidades de trabalho com temas específicos relacionados à saúde e caminhadas orientadas.

A Seção Judiciária desenvolve o programa de ginástica laboral mediante a contratação, em procedimento licitatório, de empresas especializadas, sendo que todas as unidades (administrativas e judiciárias) da Justiça Federal do Rio Grande do Sul são atendidas pelo programa, com sessões de 15 minutos, 3 vezes por semana.

### CAMINHADAS



Dentro do programa de ginástica laboral, estão previstas duas caminhadas orientadas pelos profissionais contratados, em cada subseção judiciária, a cada ano. As caminhadas foram incluídas como forma de combate ao sedentarismo e promoção da integração entre os trabalhadores da instituição.

A primeira Caminhada da Justiça Federal ocorreu em 30.11.2005, em Porto Alegre, com a presença aproximada de 98 pessoas. Já no mês de abril de 2007, foi realizada a 4ª Caminhada da Justiça Federal, com cerca de 80 participantes, na capital.

### SHIATSU



Durante o exercício de 2006, foram realizadas, em caráter piloto, sessões de *shiatsu* nas unidades que trabalham com processo eletrônico, com o objetivo de prevenir doenças ocupacionais e complementar os efeitos da ginástica laboral.

O *shiatsu* é definido como terapia preventiva, de manutenção da saúde e fortalecimento orgânico do paciente, útil para levantar seu nível de energia, regular e fortalecer o funcionamento dos órgãos e estimular a resistência do corpo às doenças.

Atualmente, são realizadas sessões semanais de *shiatsu* nas unidades da Subseção Judiciária de Porto Alegre. Considerando os efeitos positivos já registrados e decorrentes do uso da técnica, há previsão de ampliação do programa para as subseções do interior, na próxima contratação.

### ESCOLA POSTURAL

Estão sendo realizadas, na Subseção Judiciária de Porto Alegre, duas atividades que visam à correção postural dos servidores, em seus ambientes de trabalho.

O Comitê de Ergonomia e a Seção de Desenvolvimento Humano, em parceria, realizaram, no dia 16 de outubro de 2006, a formatura da Escola Postural no Trabalho, onde, em quatro meses e divididos em duas turmas, 46 servidores voluntários foram orientados por uma aluna doutoranda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sobre a melhor forma de cuidar da coluna no ambiente de trabalho, através de exercícios e ações preventivas para a saúde. A posição sentada foi o principal foco de abordagem educativa da Escola Postural, por se tratar da posição em que os servidores da Justiça permanecem a maior parte do tempo, durante a jornada de trabalho e por ser a que causa maior impacto sobre a coluna. O programa teve continuidade no primeiro semestre de 2007, com a formação de duas novas turmas de vinte participantes cada.

Além disto, um profissional, coordenado pelo Núcleo de Recursos Humanos, presta serviço comunitário, realizando atividades de correção postural em espaldar sueco e bola suíça. Este serviço é disponibilizado em quatro unidades: Seção de Distribuição, Núcleo de Documentação, 2º Juizado Cível e 2ª Vara Federal de Execuções Fiscais.

### CAMPANHAS DA SEÇÃO MÉDICA



Durante a gestão, a Seção Médica realizou diversas campanhas voltadas à saúde dos servidores e magistrados da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul:

- disponibilização, na Intranet, do Boletim Informativo de Saúde;
- campanha da Vacinação Contra a Gripe, com 237 participantes, nas três edições;

- campanha da prevenção de fatores de riscos cardiovasculares em Porto Alegre (245 participantes) e Uruguaiana (45 participantes);
- campanhas de Doação de Sangue, com 155 doações efetivas, durante as duas edições;
- palestra sobre Tensão Pré-Menstrual (TPM) com o médico Elisier Berestein (61 participantes);
- verificação de Pressão Arterial durante a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Caminhadas da Justiça Federal, em Porto Alegre (122 verificações);
- atendimento a 63 terceirizados durante o Dia do Voluntariado (verificação de peso, altura, índice de massa corpórea (imc), glicose em sangue capilar, e pressão arterial com orientações sobre tabagismo e história familiar pregressa), em duas edições;
- verificação da pressão arterial de 49 idosos, no Dia do Idoso, em duas edições.

## INVESTIMENTOS EM ERGONOMIA

Foi criado, já na gestão anterior, um Comitê de servidores voltado à ergonomia, o COERGO. Trata-se de um órgão consultivo, cuja finalidade é subsidiar os projetos e as decisões da Administração, em temas que envolvam a adequada relação entre as condições de trabalho e atendimento dos servidores e cidadãos que procuram a Justiça Federal. O COERGO participou da composição dos novos leilantes das varas federais, em que foram introduzidos móveis ergonômicos, apresentou sugestões para subsidiar a compra de novos equipamentos e adaptações de postos de trabalho a servidores com necessidades especiais, participou da estruturação do espaço da Central de Atendimento ao Público, e, recentemente, propôs a reforma do espaço de restaurante da Justiça Federal.

É importante mencionar, também, a melhoria das instalações físicas e da qualidade do ambiente de trabalho, na Subseção Judiciária de Passo Fundo, com a colocação de condicionadores de ar tipo Split.

### Móveis Ergonômicos

Em 2003, foi elaborado o relatório de projeção ergonômica pela Fundação Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul -

FEENG, ocasião em que foram detalhadamente estudados os ambientes de trabalho na Justiça Federal. O diagnóstico ergonômico indicou a pertinência de mudança conceitual do ambiente de trabalho, formulando recomendações. A partir de então, foram descritos móveis, pelo Núcleo de Apoio Operacional, realizado o primeiro procedimento licitatório e iniciada a substituição do mobiliário. Uma comissão designada para avaliar os efeitos desse procedimento sobre as unidades de trabalho concluiu ser de interesse público e vantajosa para a Administração a padronização, após análises que consideraram variados aspectos (ergonômico, organizacional/administrativo, técnico - projeção e normas da ABNT). Em março de 2006, foi proferido o despacho de padronização, avaliando as proposições da Comissão e a manifestação do COERGO.

Esta gestão, dando continuidade à substituição gradativa dos móveis ergonômicos nas unidades da capital, atendeu 11 unidades judiciárias e 05 unidades administrativas. Já a partir da inauguração do novo prédio da Subseção de Caxias do Sul, em 16 de abril de 2007, decidiu estender ao interior o mobiliário ergonômico, começando por aquela subseção.

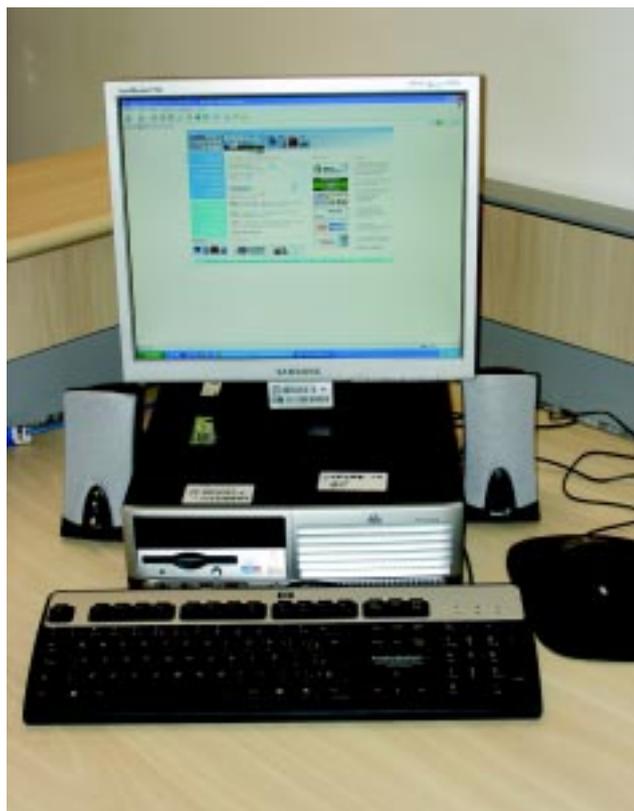


### **Móveis para Servidores com Necessidades Especiais**

Os Diretores de Foro das subseções foram orientados para que encaminhassem os pedidos de compra de móveis destinados a servidores com necessidades especiais para a Direção da Secretaria Administrativa da Seção Judiciária, com todas as especificações necessárias para a aquisição do mobiliário com prioridade.

Em alguns casos foi possível adaptar os móveis existentes na instituição, e em outros, foi realizada a compra de mobiliário específico.

### **Substituição dos monitores de vídeo CRT pelos de LCD, leitores ópticos e *softwares* especiais para servidores com deficiências visuais e auditivas**



Foram realizadas aquisições de monitores de vídeo, padrão LCD, para a substituição de todos os monitores tradicionais, já reconhecidamente deletérios para a saúde da visão de magistrados e servidores, sendo que os novos microcomputadores já foram adquiridos com este padrão de monitor.

As varas dos juizados, que atuam com processos eletrônicos, estão em processo de recebimento de dois monitores por servidor e magistrado, facilitando, assim, a visualização dos documentos na tela do computador.

Além disto, atendendo a antigas solicitações, foram adquiridos leitores ópticos para todos os postos de trabalho, o que facilita e agiliza a leitura do número dos processos quando necessário, por meio da utilização dos códigos de barra constantes da capas, poupando o uso desnecessário do teclado.

Após estudo realizado pelo COERGO e o Núcleo de Informática, estão sendo adquiridos *softwares* especiais para servidores com deficiências visuais e auditivas.

### **Avanço das Alas Norte e Sul**



O avanço das alas sul e norte para além das portas antes existentes proporcionou às unidades localizadas nestes setores um melhor aproveitamento do espaço.

### **Aquisição de Cadeiras Ergonômicas**

Após a ampla aprovação dos móveis ergonômicos por seus usuários e a manutenção do programa de substituição do mobiliário da capital, com previsão de alcance às unidades do interior, passou-se a estudar a possibilidade de aquisição de cadeiras ergonômicas. Algumas unidades foram adquiridas e utilizadas, em projeto piloto, nas áreas administrativa e judiciária, resultando aprovadas.

### Troca de Pisos

A troca dos pisos das unidades do prédio da capital, que teve início na anterior gestão, tem prosseguimento. A retirada do carpete e a sua substituição por piso vinílico facilitaram a limpeza das varas e dos núcleos e o ambiente ficou mais funcional e propício à saúde.

### Reformas do Restaurante

Durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2007, foram realizadas obras no restaurante da Subseção Judiciária de Porto Alegre, para a melhoria do espaço interno.

A decisão pela inclusão destas reformas no planejamento da Administração partiu de iniciativa do Comitê de Ergonomia (COERGO) e foi precedida de aprofundados estudos arquitetônicos e de engenharia, sob a responsabilidade do Núcleo de Apoio Operacional.

As obras incluíram diversas modificações na área de uso público, voltadas especialmente à redução do ruído, à reordenação do fluxo do serviço e ao maior conforto dos usuários. Foi realizada, ainda, a modernização da cozinha, com o redimensionamento das redes hidráulica, elétrica e aquisição de equipamentos mais adequados à atual demanda.



*Restaurante: obras incluíram diversas modificações na área de uso público*

# V - Comunidade e Responsabilidade Social



NATAL 2005: CRIANÇAS DA VILA CHOCOLATÃO

## V - COMUNIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A atividade-fim da Justiça Federal é o atendimento ao jurisdicionado, a tempo e modo adequados. Para tanto, a Administração investiu muito em melhorias nos espaços de atendimento ao público, em treinamentos aos servidores dessa área, em móveis e espaços ergonômicos, visando a uma maior acessibilidade do público à Justiça. Foram realizadas, neste sentido, as seguintes obras:

### ENTRADA PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS



Foi construída, no prédio-sede da Subseção Judiciária de Porto Alegre, uma segunda portaria para facilitar o acesso de pessoas com dificuldade de locomoção, espaço que passou a funcionar em setembro de 2006. Esta obra objetivou também facilitar o acesso às pessoas que freqüentam o prédio com grande volume de processos, com crianças no colo, gestantes, assegurando-lhes uma entrada com maior segurança e facilidade, uma vez que o espaço foi projetado sem acesso por escadas e prevendo a separação, por paredes de vidro, da garagem dos veículos oficiais.

O projeto, desenvolvido pelo Setor de Arquitetura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por solicitação da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, também efetuou o redimensionamento dos espaços do nível de acesso, para a construção de área de refeitório e vestiários para trabalhadores terceirizados, com vistas ao atendimento das normas de saúde e segurança do trabalho, além de garantir um espaço maior e mais seguro para o condicionamento de itens de patrimônio.

Obras vêm sendo executadas para melhorar a acessibilidade aos prédios das subseções judiciárias do interior, ainda não adaptadas à NBR 9050, visando ao atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais. Foram construídas rampas de acesso, além da adaptação de banheiros, nas cidades de Bagé, Pelotas, Santa Maria, Santiago, Santana do Livramento e Caxias do Sul, estando em fase de projeto ou execução as obras nas subseções de Bento Gonçalves, Santo Ângelo, Rio Grande e Novo Hamburgo, sendo que, nestas duas últimas os atuais prédios estão adaptados e estão em construção as novas sedes já projetadas de acordo com as normas de acessibilidade. Já as subseções judiciárias de Bagé, Santa Maria e Pelotas receberam plataforma com elevador para acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais.

### REDIMENSIONAMENTO DA PORTARIA PRINCIPAL DO PRÉDIO - SEDE

Estão sendo implementadas diversas medidas de segurança nos acessos ao prédio-sede, como a aquisição de portais detectores de metais, aparelhos de raio-x, instalação de monitoramento no prédio por circuito fechado de TV e instalação de barreira eletrônica, estas últimas já executadas.

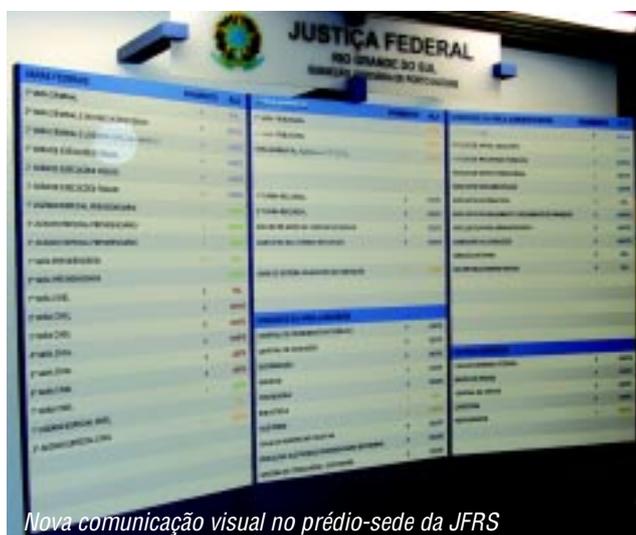
Para viabilizar a execução da totalidade dos projetos, será necessário ampliar a entrada principal do prédio e reestruturar o espaço hoje ocupado pela portaria, permitindo uma melhor disposição das recepcionistas e dos vigilantes, e uma melhor acessibilidade ao público. O projeto da nova portaria está em desenvolvimento no Núcleo de Apoio Operacional.

## NOVA COMUNICAÇÃO VISUAL NO PRÉDIO- SEDE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA



Tendo em vista a dificuldade de localização das unidades, pelas pessoas que freqüentam o prédio-sede da Subseção Judiciária de Porto Alegre, que se divide em alas, nos andares, e que já teve a disposição das varas e das áreas administrativas bastante modificadas nos últimos dez anos, os nove andares do prédio receberam nova identificação visual. Cada um dos pavimentos foi pintado com cores distintas e recebeu novas placas internas de reconhecimento, e no hall de entrada foi instalado um painel geral, que faz referência às unidades e às cores dos andares. Também foram personalizadas as indicações das alas, das varas e dos gabinetes dos juizes.

O projeto foi realizado por solicitação da Seção Judiciária, pelo Setor de Arquitetura do Tribunal



*Nova comunicação visual no prédio-sede da JFRS*

Regional Federal da 4ª Região, e sua execução ficou a cargo do Núcleo de Apoio Operacional, tendo incluído a padronização de todo o material de comunicação do prédio (painéis de localização nos andares, painéis de avisos nas varas, nos elevadores, placas indicativas, etc).

## SALA DA OAB



Atendendo à solicitação dos advogados, houve o redimensionamento da sala da OAB, no prédio da capital, que se tornou maior, mais iluminada e servida de banheiro exclusivo.

## PROJETO PORTAS ABERTAS

O programa Portas Abertas surgiu em 2004, a partir da iniciativa da 1ª Vara Federal Criminal de Porto Alegre, em conjunto com a Direção do Foro. Hoje é desenvolvido pela Seção de Comunicação Social, sendo dirigido aos estudantes de nível médio e superior, e tem como objetivo contribuir para o aprendizado e apresentar a instituição à comunidade acadêmica. Atualmente, o projeto conta com a colaboração do juiz federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, que realiza algumas das palestras e supervisiona as atividades.

Aos usuários do programa são oferecidas informações sobre a organização, a história e o funcionamento da instituição, e é viabilizada a visita e o conhecimento de diversas atividades realizadas na Seção Judiciária. A atividade adapta-se aos objetivos pretendidos pelas instituições de ensino, faixa etária e nível de conhecimento dos estudantes.



Na gestão iniciada em junho de 2005, o Projeto Portas Abertas teve 5 edições, que incluíram palestra sobre Direito Ambiental, esclarecimentos sobre a estrutura, a história, a competência e o funcionamento da Justiça Federal, a participação em audiências de conciliação e de instrução, a assistência a sessões da Turma Recursal e a demonstração do processo eletrônico dos Juizados Especiais Federais.

#### TREINAMENTOS PARA O PÚBLICO EXTERNO

Com a implantação do Sistema Único de Protocolo (SUP), em novembro de 2005, a Justiça Federal do Rio Grande do Sul colocou à disposição de advogados, procuradores e servidores de entidades públicas, treinamentos para uso do sistema, ministrados em conjunto pelo Núcleo de Informática desta Seccional e a Diretoria de Informática do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Foi realizada palestra pelo Núcleo de Contadoria, direcionada ao público externo, sobre a nova versão do PROJEF – Programa de Cálculos Judiciais – disponibilizado no *site* da Justiça Federal, que propicia ao advogado a confecção de cálculos, a fim de agilizar o andamento dos processos.

Em julho e agosto de 2005, foram oferecidos cursos sobre Processo Eletrônico para advogados, estagiários e demais interessados, que contaram com o apoio e a divulgação da OAB. Posteriormente, durante todo o ano de 2006, para viabilizar a implantação do processo eletrônico nos juizados de todas as subseções judiciárias de todo o estado, foram realizados, com apoio estrutural da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul,

treinamentos direcionados ao público interno, aos advogados e aos procuradores dos entes públicos, sob a coordenação da COJEF - Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região, representada pelo juiz federal João Batista Lazzari, então Coordenador do Processo Eletrônico na 4ª Região.

A partir da Resolução nº 75/2006 da Presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que estendeu o uso do processo eletrônico para todos os processos de juizado especial cível, foram realizados novos treinamentos em todas as subseções e na capital, para advogados, peritos e usuários internos. Os cursos ficaram sob a responsabilidade do Coordenador do Processo Eletrônico na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, juiz federal Fábio Dutra Lucarelli e tiveram o apoio técnico dos servidores da informática, das varas federais e a organização pelas Direções de Foro.

#### COMEMORAÇÃO DE DATAS ESPECIAIS



A Seção de Comunicação Social realizou eventos em registro a datas previstas no planejamento estratégico, como o Dia do Advogado, com homenagem aos profissionais, o Dia do Idoso, com atividades diversas, como a medição da pressão arterial, tendo havido, também, atividades em registro do Dia do Servidor Público e do Dia da Mulher.

## VÍDEO INSTITUCIONAL E FOLDER INFORMATIVO

Está em fase de execução projeto para melhorar o acesso de informações sobre a instituição. Por meio de um vídeo institucional e folders, dirigidos ao público externo, o projeto visa esclarecer aos cidadãos sobre o que é a instituição, o que julga, sua localização na Seção Judiciária, além de dados institucionais, tornando a Justiça Federal mais conhecida, mais acessível e mais presente na vida dos jurisdicionados.

## TERMINAIS DE AUTO-ATENDIMENTO EM ÓRGÃOS PÚBLICOS E AFINS

Dentro do projeto de descentralização da Justiça Federal, foi ajustada a instalação de terminais de auto-atendimento nos prédios da Justiça Estadual e na Justiça do Trabalho, possibilitando, assim, que partes e advogados da Justiça Federal acessem informações relativas aos processos de qualquer um dos foros, em Porto Alegre, de maneira fácil e rápida. Os terminais estão em fase de instalação. O convênio com a OAB/RS, firmado pela gestão anterior nessa mesma linha, foi renovado.

## NOVAS INSTALAÇÕES NO INTERIOR



O atendimento às normas de acessibilidade e à melhoria das instalações, com vistas ao bom atendimento do público e à melhora das condições de trabalho, comandaram, também, a mudança e a preparação de algumas sedes da Justiça Federal no interior.

A Subseção Judiciária de Santana do Livramento, a partir de março de 2006, está situada em nova sede. O prédio tem quatro andares, área de 3.703 metros quadrados, e passou por uma reforma completa por seis meses. Nele estão instaladas duas varas federais, quatro salas de audiência, um auditório e o arquivo regional, que acolhe os processos findos originados também das subseções de Bagé e Uruguaiana.

No dia 22 de maio de 2006, foi inaugurada a nova sede da Justiça Federal de Pelotas. Localizado na Avenida XV de Novembro, nº 653, na região central, o novo foro proporciona a unificação das instalações da Justiça Federal no município, que anteriormente se encontrava em duas sedes, além de disponibilizar melhor espaço para o trabalho interno e o atendimento ao público.

Uma conquista aguardada com muita expectativa pela comunidade santiaguense, a 21ª Subseção Judiciária do Rio Grande do Sul, instalada na tarde do dia 30 de novembro de 2006 em uma solenidade prestigiada por mais de 150 pessoas, iniciou suas atividades no Município de Santiago, e atendendo a toda a região próxima, com 1.050 processos redistribuídos da Justiça Estadual.

No dia 16 de abril de 2007, foi inaugurada a nova sede da Justiça Federal de Caxias do Sul. O prédio, de 10.500 m<sup>2</sup>, cujo projeto e execução estiveram a cargo do Tribunal Regional da 4ª Região, está localizado na Avenida Dr. Montauray, nº 241. São dez pavimentos que poderão abrigar até dez varas federais além da área administrativa, assistência judiciária gratuita, biblioteca, auditório, lanchonete, agências bancárias e demais serviços de acesso público. À Seção Judiciária competiu executar todas as obras de leiaute interno e a colocação de mobiliário.

## INSTALAÇÃO DA 2ª TURMA RECURSAL E SALA DE AUDIÊNCIAS COLETIVAS

O espaço do 8º andar, ala oeste do prédio-sede, foi adaptado para acolher a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais, criada pela Resolução

nº 108/2005 da Presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. A 2ª Turma foi instalada em 13 de janeiro de 2006, com o espaço redimensionado para um número maior de servidores, estagiários e voluntários, com gabinetes para os magistrados integrantes das 1ª e 2ª Turmas Recursais, sala de sessões ampliada e local para secretaria e atendimento ao público. Projeto para a instalação de mobiliário ergonômico e reformulação de leiaute está em andamento, em conjunto com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, e a troca de piso já está prevista no cronograma de 2007.

A sala de audiências coletivas (sala de audiências, onde antes ocorriam os mutirões dos processos do Sistema Financeiro da Habitação) foi redimensionada e transferida para o piso térreo, onde passou a ser utilizada pelo Sistcon-RS (Sistema de Conciliação na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul), e pelas demais unidades judiciárias, quando necessário, para a realização de mutirões de audiências de conciliação.



*Instalação da 2ª Turma Recursal*

## DOAÇÃO DE SANGUE

Em parceria com o Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre, foram realizadas, durante a gestão, duas Campanhas de Doação de Sangue, com 199 participantes e 155 doações efetivas. O material foi doado ao Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre e ao Hemocentro.

## COMITÊ JUSTIÇA SOLIDÁRIA



*Campanha do agasalho 2006*

A Comissão de Organização e Desenvolvimento, encarregada de implantar o Projeto Justiça Solidária, foi constituída pela Portaria nº 29/2002. A composição dos integrantes responsáveis foi alterada pelas Portarias nºs 71/2003 e 62/2006.

Esta Comissão tem como objetivo organizar e desenvolver atividades beneficentes voltadas à promoção do bem-estar de grupos sociais carentes, no âmbito da Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio Grande do Sul, tendo desenvolvido as seguintes atividades durante a gestão 2005-2007:

- arrecadação, em parceria com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, de brinquedos no Natal de dezembro de 2005 para a Vila Chocolate e para os filhos dos trabalhadores terceirizados;
- campanha do agasalho realizada em 2006. As roupas doadas pelos servidores, magistrados e estagiários, além de terem sido vendidas em brechó para os funcionários terceirizados, por preços simbólicos (o valor arrecadado foi utilizado posteriormente em uma festa de final de ano realizada para os terceirizados), também foram distribuídas para moradores das pontes da Avenida Ipiranga, no Dia da Solidariedade, e entregues para o Instituto Dias da Cruz (aproximadamente 500 kg de agasalhos);
- doação, pelos servidores da Justiça Federal da capital, de brinquedos no dia das crianças, para os filhos dos funcionários terceirizados;

- doação de 400 metros quadrados de carpete retirado das varas que estão recebendo piso novo, para o Asilo de Mendicidade;
- realização de festa de final de ano, em 2005 e 2006, para os terceirizados da instituição.

### PROGRAMA SÓCIO - EDUCATIVO EM CONVÊNIO COM A FASE



Em 2006, o Setor de Serviço Social ficou responsável pela coordenação e execução do Programa Trabalho Educativo e Cidadania na Justiça Federal, mantido através de convênio com a FASE /RS, desde 2001.

O programa oportuniza a realização de trabalho educativo para adolescentes em situação de vulnerabilidade social e em cumprimento de medida sócio-educativa, e já serviu de exemplo para outras instituições como o Ministério Público Federal e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Além das atividades laborais, também é realizado, por equipe técnica do Núcleo de Recursos Humanos, todo um trabalho de acompanhamento com os jovens e com as unidades que os receberão.

### DOAÇÕES

A instituição, ciente da responsabilidade social que possui como órgão público, voltado ao atendimento dos cidadãos, realizou doação dos papéis oriundos dos editais de eliminação de autos findos ao Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) e à Clínica São Pedro, para reciclagem. Além disto, a partir dos procedimentos de desfazimento de bens, foram doados diversos tipos de material permanente, em variados estados de conservação, classificados como ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis.

Durante a atual gestão, diversos órgãos e entidades receberam doações de móveis e equipamentos eletrônicos da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. Entre estes, Ministério do Exército, Brigada Militar, Secretaria da Saúde, Polícia Civil, Fundação Proteção Cruz Vermelha, APAE, Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, Comando da Aeronáutica, Instituto Nacional de Seguro Social, Ministério da Agricultura, Seção Judiciária de Santa Catarina e do Paraná, IBAMA, Polícia Federal, Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Ministério Público Federal, Advocacia -Geral da União, Defensoria Pública da União, Prefeitura de Passo Fundo, Prefeitura de Eldorado do Sul, Prefeitura de Santa Maria, Prefeitura de Lajeado, Prefeitura de Rio Grande e Prefeitura de Santa Vitória do Palmar.



*Móveis doados ao Exército*

## MOVIMENTO PELA CONCILIAÇÃO

Mecanismo especial de solução dos conflitos judiciais, a conciliação atualmente ocupa lugar de destaque no cenário jurídico nacional. Todo o Poder Judiciário une-se para acolher e para difundir uma nova cultura processual, sob a liderança do Conselho Nacional de Justiça, que lançou o programa “Conciliar é Legal”.

Na 4ª Região, já se tem história para contar sobre a conciliação.

Rompendo com uma longa tradição de considerar a indisponibilidade do interesse público incompatível com a solução consensual dos conflitos, juízes dos Juizados Especiais e de diversas varas federais, com o exemplo do Tribunal Regional Federal, a partir do PROJECON, provaram que em inúmeras situações a preservação do interesse público será alcançada com maior efetividade por meio de acordo, que mediante a litigiosidade incontida dos recursos.

Em 2005, para obtenção de um maior grau de interiorização, foi criado o Sistema de Conciliação (SISTCON) no Tribunal Regional Federal da 4ª



*Início do projeto conciliação no TRF4*

Região. Com isto, as audiências passaram a funcionar de maneira descentralizada, cada Seção Judiciária passou a ter um coordenador, que no Rio Grande do Sul, atualmente, é o juiz federal Hermes Siedler da Conceição Júnior. As Direções de Foro receberam a incumbência de proporcionar ao SISTCON a estrutura necessária para a realização dos mutirões de conciliação, oferecendo todo o suporte administrativo, operacional, técnico e de pessoal para o êxito das audiências.

Hoje, a conciliação multiplicou-se e o acordo entre as partes é alcançado em diversas instâncias e ações, como:



*Audiência de conciliação*

### **Mutirão de Conciliação nas Ações do SFH – Parque dos Maias**



Realizado para moradores do Conjunto Habitacional Parque dos Maias, proporcionando a centenas de famílias a satisfação do sonho da casa própria. Durante os cinco dias em que se realizou o mutirão, a Justiça Federal mudou-se para o centro comunitário perto do conjunto habitacional, em Porto Alegre, onde foram realizadas as audiências. Todo o apoio técnico necessário, na área de informática, artífice, segurança, mobiliário estava à disposição da área-fim para a realização do mutirão.

Iniciou-se com uma audiência pública, onde os magistrados compareceram para esclarecer aos moradores o motivo, as condições e orientá-los, dentre outras situações, acerca da documentação necessária para a realização das audiências de conciliação. De 400 audiências realizadas, em 396 delas foi homologado o acordo entre as partes (mutuário e agente financeiro), superando as expectativas mais otimistas.

Entre 15/02/2006 e 28/08/2006, foi dada continuidade ao mutirão de conciliação, na sede da Justiça Federal, na Vara do SFH, com a realização de 145 audiências, que resultaram num total de 138 acordos homologados.

### **Mutirão de Conciliação nas Ações de Desapropriação da BR 101**

Da soma de iniciativas e esforços, no âmbito da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, dos juízes das varas cíveis, Direção do Foro, servidores da área judiciária, servidores da área administrativa que

proporcionaram todo o suporte operacional para que as audiências fossem realizadas, nasceu este grande projeto, que foi aprovado pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 4ª Região e que recebeu o apoio do SISTCON. A Justiça Federal gaúcha foi até o jurisdicionado em dois municípios onde não há sede do Poder Judiciário Federal. Foi preciso movimentar mobiliário, equipamento de informática, pessoal especializado em várias áreas para que uma grande sala de audiências coletivas pudesse ser montada. Em Torres e em Osório, a Justiça Estadual deu todo o apoio necessário à execução do projeto.

O mutirão de conciliação em ações de desapropriação da BR-101, promovido pela Justiça Federal, chegou ao fim com 321 processos concluídos, com 97% de acordos.



### **Mutirão de Conciliação nas Ações do FGTS**

Diante do imenso volume ainda existente de demandas, inclusive antigas, que buscam a revisão do saldo das contas vinculadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e após um projeto piloto executado pela 7ª Vara Federal de Porto Alegre, em que foram realizadas audiências de conciliação, com grande êxito, a Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região solicitou ao juiz federal Coordenador do Sistcon-RS a realização de um mutirão de audiências de conciliação na Subseção de Porto Alegre, nas ações de FGTS.

O mutirão de audiências foi realizado durante o mês de maio de 2007, pelos juízes das varas cíveis da

capital, e com o apoio do SISTCON, de servidores das respectivas varas, dos Núcleos de Contadoria, de Informática, Operacional e da Direção do Foro da Seção Judiciária.

O projeto de conciliação em ações de FGTS foi elaborado pelas varas cíveis de Porto Alegre. Para esta primeira etapa, foram selecionados 2000 feitos, 250 de cada vara, que já estavam em fase de execução de sentença.

Realizou-se uma audiência pública para explicar aos advogados como seriam os procedimentos durante



Projeto de conciliação em ações do FGTS

o mutirão e para colher sugestões. Foram agendadas 100 audiências por dia, que aconteceram simultaneamente em cinco mesas, sendo que está prevista a realização de uma audiência pública de avaliação do projeto, com a participação de 11 juízes e advogados que participaram do mutirão.

O percentual de acordos alcançou, no final do mês de maio, 93%, com 1.192 conciliações em 1.286 audiências finalizadas, totalizando o valor aproximado de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) em pagamentos.

#### Participação no Projeto Conciliar é Legal

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou, no dia 23 de agosto de 2006, o Movimento pela Conciliação – “Conciliar é Legal”, com o objetivo de difundir a conciliação para a resolução de conflitos em todo o Judiciário. Mutirões, em todo o país, foram realizados em torno do dia 8 de dezembro de 2006, que foi instituído como “Dia Nacional da Conciliação”. A Seção Judiciária do Rio Grande do Sul participou de forma ativa nos mutirões, e os resultados foram os seguintes:

<b>RESULTADOS GERAIS</b>				
<b>Audiências</b>	<b>Acordos</b>	<b>Sem acordo</b>	<b>Suspensos</b>	<b>Acordos</b>
<b>656</b>	<b>496</b>	<b>64</b>	<b>12</b>	<b>88,50%</b>
<b>SFH - VARA E PROCESSOS DO TRF4</b>				
<b>Audiências</b>	<b>Acordos</b>	<b>Sem acordo</b>	<b>Suspensos</b>	<b>Acordos</b>
<b>22</b>	<b>20</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>90,91%</b>
<b>JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS</b>				
<b>Audiências</b>	<b>Acordos</b>	<b>Sem acordo</b>	<b>Suspensos</b>	<b>Acordos</b>
<b>212</b>	<b>155</b>	<b>50</b>	<b>9</b>	<b>75,98%</b>
<b>DIVERSOS</b>				
<b>Audiências</b>	<b>Acordos</b>	<b>Sem acordo</b>	<b>Suspensos</b>	<b>Acordos</b>
<b>422</b>	<b>321</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>96,00%</b>

# VI - Escritório da Qualidade



PROJETO PILOTO DE  
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

## VI - ESCRITÓRIO DA QUALIDADE

O Escritório da Qualidade ou Seção de Análise e Desenvolvimento Organizacional (SADO) compõe uma das unidades de apoio à gestão administrativa da Justiça Federal do Rio Grande do Sul. Tem o dever de dar auxílio técnico efetivo às sugestões de melhorias, buscando soluções e disseminando os conceitos da qualidade pela instituição, com vistas à melhoria da efetividade da prestação jurisdicional.

Na busca do aprimoramento da gestão dos processos na instituição, a Administração promoveu, através do Escritório da Qualidade, os seguintes programas:

### PROGRAMA DE QUALIDADE JUNTO ÀS VARAS PREVIDENCIÁRIAS

Encerrou-se no dia 1º de março de 2007, o programa “Gerenciamento da Qualidade Total (GQT)”, no Núcleo Previdenciário, formado pelas varas vederais previdenciárias e juizados especiais previdenciários de Porto Alegre.

Durante 18 semanas, o projeto, sob a forma de um piloto, envolveu cerca de 110 pessoas. O trabalho foi realizado pela Seção de Análise e Desenvolvimento Organizacional e contou com a orientação da equipe de consultoria da Fundação Empresa Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FEENG/UFRGS. A partir desta experiência, foi iniciada a preparação de um programa de GQT para as varas cíveis e de execuções fiscais da capital, cujo projeto foi entregue à análise da Direção do Foro.

Acostumada a aplicar sistemas de gestão no 1º Juizado Especial Previdenciário, a diretora de secretaria Maria Elisabeth Barbieri enfatizou que o principal mérito do projeto foi ter estimulado a criação de uma identidade do Núcleo Previdenciário. Os dados estatísticos do núcleo estão sendo disponibilizados na página da Justiça na *Internet* e nos murais das varas e juizados previdenciários.



*Cerca de 110 pessoas participaram do projeto piloto do programa de Gerenciamento da Qualidade Total*

As principais ferramentas de gerenciamento aplicadas foram: avaliação continuada de gestão pública, planejamento estratégico, metodologia de análise e solução de problemas e gerenciamento de processos, como a elaboração de indicadores de desempenho e procedimentos operacionais padrões.

### **PROJETO UNIVERSITÁRIO DE ORGANIZAÇÕES & MÉTODOS E TRABALHOS DE GRADUAÇÃO**

Alunos do curso de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em parceria com a Seção de Análise e Desenvolvimento Organizacional, desenvolveram seus respectivos estágios curriculares e trabalhos de conclusão de curso tendo como fonte de pesquisa as unidades da Subseção de Porto Alegre. A proposta baseava-se em verificar dificuldades na rotina das tarefas das unidades e apresentar possíveis soluções, a partir da busca por inovações de gestão e tecnológicas e de melhorias para a Seção Judiciária.

Diversas soluções propostas estão sendo utilizadas. Pretende-se dar continuidade ao projeto, já que os resultados foram positivos. Os alunos apresentaram várias oportunidades de melhoria, que agora serão desdobradas em ações visando a solucionar dificuldades das unidades na área de gerenciamento de processos.

### **PROJETO PILOTO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO NÚCLEO DE INFORMÁTICA**

Pioneiro na instituição, o projeto trouxe uma série de melhorias para o Núcleo, e, conseqüentemente, para a Seção Judiciária gaúcha. Foi a primeira vez que a Seção de Análise e Desenvolvimento Organizacional desenvolveu, sem consultorias externas, um processo de planejamento em um núcleo administrativo da Justiça. A metodologia utilizada tem suas bases na ferramenta BSC, criada por professores da Harvard Business School, e foi aplicada por meio de inúmeros encontros com os servidores de todas as Seções



*Alunos da UFRGS desenvolveram pesquisa nas unidades da Subseção de Porto Alegre*

do Núcleo de Informática.

Foi realizada uma análise de cenário, identificando pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades. A partir daí, foram elaboradas as estratégias, os objetivos estratégicos, o mapa estratégico e os planos de ação, com a finalidade de implementar as possibilidades de melhorias identificadas e alcançar a missão e a visão de futuro do Núcleo.

### **PROJETO AVALIAÇÃO CONTINUADA DA GESTÃO PÚBLICA**

A avaliação da gestão pública constitui um instrumento de assessoramento na implementação de práticas de gestão, cujo objetivo é a melhoria contínua dos processos de trabalho. Através da aplicação do instrumento "250 pontos", foram iniciadas as avaliações nas varas federais, com o apoio do Escritório da Qualidade. O instrumento de avaliação verifica questões como liderança nas unidades, trabalho em equipe, como os superiores estão ouvindo as necessidades dos seus subordinados, como a unidade está elaborando e executando seu planejamento, como o jurisdicionado está sendo ouvido em suas demandas principais. O resultado é devolvido à unidade, para auxiliar no gerenciamento

futuro, bem como mapeado, para indicar à Administração onde há maior necessidade de investimentos, com vistas ao aprimoramento dos processos de trabalho e do gerenciamento de pessoas.

### **DESTAQUE INSTITUCIONAL**

A cada dois anos é realizado o concurso "Destaque Institucional", que valoriza iniciativas que facilitaram ou aprimoraram o trabalho nas unidades judiciárias e administrativas.

Realizado pela Seção de Análise e Desenvolvimento Organizacional, o programa é um incentivo à criatividade e à publicidade das rotinas desenvolvidas, que visam ao aperfeiçoamento de atividades administrativas e judiciárias. Após a análise realizada por uma comissão, os cinco melhores trabalhos de gestão são premiados com um troféu de destaque. Este evento foi criado para estimular as iniciativas de melhoria e otimização do ambiente de trabalho e para disseminar técnicas exitosas.

No mês de junho acontece a premiação do destaque institucional do concurso relativo a este ano de 2007, em que foram inscritos 10 trabalhos.

# VII - Tecnologia da Informação e da Comunicação



NO-BREAK DOS SERVIDORES DA SALA COFRE

## VII - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO

Para a implementação do objetivo de acelerar a prestação jurisdicional e atribuir-lhe a máxima consistência e transparência, são necessários maciços investimentos em tecnologia. Neste sentido, foram realizadas as seguintes ações:

### RENOVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS

Durante os últimos 2 anos, foram acrescentados equipamentos e sistemas ao parque tecnológico, conforme tabela abaixo.

Uma das principais metas da gestão foi a aquisição de novos equipamentos para a substituição do material que se tornou incompatível com a utilização dos novos sistemas já implantados na 4ª Região. As aquisições também objetivaram a instalação de um microcomputador e um leitor óptico por posto de trabalho no Rio Grande do Sul, de forma a atender a todos os magistrados, servidores, estagiários e voluntários.

Foram adquiridas impressoras individuais, de rede e multifuncionais, para atendimento de postos de trabalho específicos, para o

compartilhamento em secretaria e para a gradativa substituição das máquinas fotocopiadoras, cuja manutenção vinha trazendo ônus excessivo na produção de cópias reprográficas na Seção Judiciária.

Houve a substituição dos *notebooks* utilizados pelos magistrados da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que apresentavam configuração insuficiente para suportar os novos sistemas corporativos. Acompanhando também a tecnologia e a necessidade de acessar a *Internet*, *Intranet* e *e-mails* institucionais de qualquer local, foram disponibilizadas placas de conexão sem fio para *notebooks*, pelo contrato de telefonia móvel mantido com a operadora Claro.

Além disso, atualmente, todas as subseções do interior contam com equipamentos de videoconferência, adquiridos ao longo da gestão.

Para a Subseção de Rio Grande, houve a aquisição de central telefônica e a instalação de “*link*” para possibilitar o acesso do Juizado Avançado de Santa Vitória do Palmar à rede Novell.

### EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS de JUN/05 a MAI/07

	2005	2006	2007	Total
ESTABILIZADORES	288	320	0	608
IMPRESSORAS	226	193	0	419
SWITCHS	41	11	0	52
LEITORES ÓPTICOS	437	92	0	529
MICROCOMPUTADORES	293	0	0	293
MICROCOMPUTADORES C/ LCD	587	644	0	1231
MONITORES LCD	558	535	210	1303
NOBREAKS	15	1	0	16
NOTEBOOKS	151	43	0	194
SCANNERS	13	120	0	133
SERVIDORES DE REDE	10	12	0	22
MALETAS FERRAMENTAS	0	20	0	20
GRAVADORES DE DVD	10	0	0	10
STORAGES	0	1	0	1
VIDEOCONFERÊNCIA	7	15	0	22
				4853

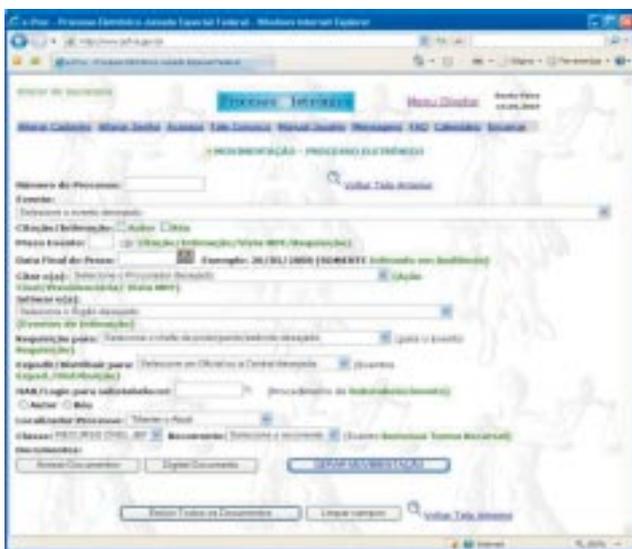


Desde a sua disponibilização para a primeira instância, e após passar pela experiência do projeto piloto da vara do Sistema Financeiro da Habitação, a Administração empenhou-se para a disseminação do GEDPRO no âmbito estadual, e para o desenvolvimento e adequação do sistema. No final de 2005 todas as subseções estavam treinadas e habilitadas ao uso.

Atualmente, no Rio Grande do Sul, a utilização do GEDPRO pode ser verificada na análise da seguinte tabela.

Seção Judiciária do Rio Grande do Sul - Total de Varas: 71	
Período	Número total de documentos produzido no período
12/05/2004 a 31/12/2005	191.283
01/01/2006 a 31/12/2006	860.356
01/01/2007 a 16/05/2007	542.212
<b>TOTAL</b>	<b>1.593.851</b>

## EXPANSÃO DO PROCESSO ELETRÔNICO



O processo eletrônico já está presente em todos os juizados especiais federais com competência cível, no Rio Grande do Sul, aplicando-se a todos os processos desse rito.

Durante o ano de 2006, o sistema foi expandido para todas as subseções gaúchas, atingindo a meta fixada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que era instalar até o final de 2006 o processo eletrônico em todos os juizados.

A Resolução nº 75/2006 da Presidência do Tribunal Regional Federal, que determinou que todas as ações de competência dos juizados especiais federais (com exceção dos juizados criminais), ajuizadas a partir de 31 de março de 2007 utilizassem o sistema de processo eletrônico, inclusive os processos em tramitação nas Turmas Recursais e na Turma Regional de Uniformização dos Juizados, foi integralmente atendida na Seção Judiciária.

Caracterizando-se por ser um sistema simples, que torna os procedimentos mais transparentes e céleres, pois os atos podem ser praticados a partir de qualquer local, desde que se tenha acesso à rede mundial de dados, e em qualquer horário, o Processo Eletrônico torna-se propício para que se encontrem meios alternativos de auxílio à distância aos juizados que estiverem com sobrecarga de demanda. A primeira experiência neste sentido ocorreu com a designação, sem prejuízo de jurisdição, do juiz federal Sérgio Renato Tejada Garcia, titular da 2ª Vara Federal de Rio Grande, para atuar nos processos virtuais do 2º Juizado Especial Previdenciário de Porto Alegre. O processamento de feitos eletrônicos à distância utilizou as facilidades do Processo Eletrônico e proporcionou uma redução de sobrecarga de processos nos juizados previdenciários da capital.

Bem sucedida, a experiência foi estendida aos demais juizados de Porto Alegre, com a designação, pela Corregedoria da Justiça Federal na 4ª Região, de um juiz para responder, à distância, por todas as ações em meio eletrônico, em matéria revisional dos juizados previdenciários de Porto Alegre. A Direção do Foro disponibilizou quatro servidores e dois estagiários de Porto Alegre e a 2ª Vara de Passo Fundo designou servidores para trabalhar nestes processos eletrônicos sob a titularidade do juiz federal Eduardo Vandré Oliveira Lema Garcia, magistrado que manteve jurisdição na 2ª Vara Federal de Passo Fundo. A partir da Portaria nº 53, de 14 de março de 2007, a secretaria da Vara do Juizado Especial Federal Cível de Santana do Livramento vem auxiliando na execução de diligências nestes processos.

## IMPLANTAÇÃO DA TUMP E DO SUP

### TUMP

Toda a movimentação processual é registrada em sistemas informatizados, para permitir aos usuários internos e externos o acesso ao andamento do processo e às etapas já superadas. Instituída pela Resolução nº 471/2005 do Conselho da Justiça Federal, a Tabela Única de Movimentação Processual foi implantada em janeiro de 2006, na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, em caráter pioneiro, facilitando a uniformização, a classificação e a melhor interpretação, para toda a Justiça Federal e usuários, das etapas processuais.

Por decisão da Coordenadoria dos Juizados Especiais da 4ª Região, a TUMP não foi aplicada no processo eletrônico utilizado nos juizados.

### SUP

O Sistema Único de Protocolo (SUP) é um sistema eletrônico de protocolo obrigatório em toda a 4ª Região, que começou a operar no dia 21 de novembro de 2005. O sistema, desenvolvido pela Diretoria de Informática – DIRINF - do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, visa a dar maior precisão, segurança e transparência no tratamento dispensado aos documentos processuais e decorre da implantação da TUMP.

Com a implantação do novo sistema, a Justiça Federal do Rio Grande do Sul reuniu-se com os advogados que compõem a Comissão de Acesso à Justiça da OAB/RS, com os Procuradores-Chefes das entidades públicas, cuja competência de julgar e processar os feitos em que são partes é da Justiça Federal e com o Ministério Público Federal, no intuito de expor a necessidade de utilização do SUP para o cadastramento das petições e esclarecer as vantagens trazidas não só pelo cadastro como pelo pré-cadastro. Além disto, a instituição colocou à disposição de advogados, procuradores e servidores das entidades públicas, cursos de treinamento para uso do SUP, ministrados em conjunto pelo Núcleo de Informática e a Diretoria de Informática do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que tiveram participação maciça. Para auxiliar as varas nessa

nova tarefa, a Direção do Foro, em Porto Alegre, agregou o serviço de protocolo e cadastramento de petições à Central de Atendimento ao Público – CAP, o mesmo tendo sido feito pelas Direções de Foro das subseções judiciárias de Pelotas e de Lajeado.

### PROGRAMA DE CONTROLE DE PENAS ALTERNATIVAS



*Apresentação do SISCOPEN e do 1º Programa de Penas Alternativas*

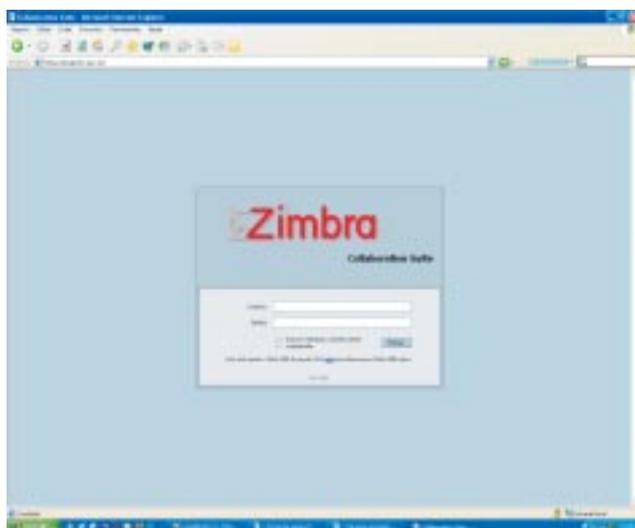
Foi apresentado, no dia 30 de agosto de 2006, para mais de 60 representantes de 43 entidades sociais, o novo Sistema de Controle das Penas de Prestação de Serviços à Comunidade pela Internet - SISCOPEN e o 1º Programa de Penas Alternativas da 2ª Vara Federal Criminal de Porto Alegre, responsável pelas execuções penais dos réus que tiveram a pena substituída por prestação pecuniária ou prestação de serviços à comunidade. Atualmente, 138 condenados cumprem pena de prestação de serviços em 65 entidades conveniadas com a 2ª Vara Federal Criminal.

Foi considerando a necessidade de modernizar e facilitar a fiscalização de apenados no cumprimento de penas de prestação de serviços à comunidade que o novo sistema foi desenvolvido. O acesso é simples, pela página da Justiça Federal na Internet. O sistema permite que a Justiça e demais entidades possam acompanhar o cumprimento das penas e o registro diário das horas trabalhadas pelos apenados. O programa foi implementado em Porto Alegre, em caráter piloto, tendo sido disponibilizado para as demais subseções.

## IMPLANTAÇÃO DE E-MAIL INSTITUCIONAL PARA TODOS OS SERVIDORES

Foram atribuídos endereços eletrônicos para todos os servidores da Seção Judiciária, a fim de agilizar e difundir, de maneira mais efetiva e direta, as comunicações eletrônicas de serviço, que ainda ocorriam através das chefias. A iniciativa tem potencial agregador e de fomento à identidade dos servidores com a Justiça Federal.

O e-mail institucional foi disponibilizado mediante o uso de *software* livre, e todos os servidores já possuem caixa postal com extensão @jfrs.gov.br.



## ACESSO A SISTEMAS EXTERNOS

Durante a gestão, foram realizados convênios entre a Justiça Federal do Rio Grande do Sul e outros órgãos públicos, com o intuito de facilitar o acesso a informações importantes para a instrução dos processos judiciais. Foi celebrado convênio com a Polícia Federal (SINIC - Sistema Nacional de Informações Criminais) e a Seção Judiciária do Rio Grande do Sul aderiu aos convênios entre o Tribunal Regional Federal da 4ª Região e a Secretaria Nacional de Segurança Pública (REDE INFOSEG) e entre a mesma Corte e a Receita Federal (INFOJUD – Sistema de Informações ao Judiciário).

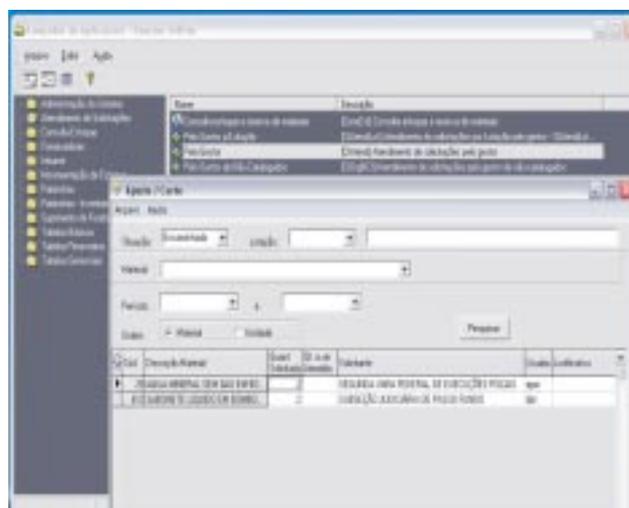
A integração da Justiça Federal do Rio Grande do Sul ao Sistema Nacional de Informações Criminais – SINIC, da Polícia Federal, possibilitará maior

eficácia na troca de informações criminais entre as varas federais criminais e o Departamento de Polícia Federal. O convênio foi assinado de forma pioneira entre a Justiça Federal gaúcha e a Polícia Federal, sendo adotado, hoje, pelas demais seções judiciárias.

## SOFTWARE THESAURUS E MIGRAÇÃO PARA O SISTEMA GEAFIN

O aplicativo SABIA (Sistema de Apoio Bibliotecário Automatizado desenvolvido em linguagem MUMPS), em uso desde 1996 está sendo gradativamente substituído pelo *software* THESAURUS, cuja aquisição foi efetuada pelo Conselho da Justiça Federal, que planeja interligar a Rede de Bibliotecas da Justiça Federal futuramente. O novo *software* foi instalado em Porto Alegre e será disponibilizado para consulta ao público interno, inicialmente, pela *Intranet*. A importação dos dados para o novo sistema de consulta ao acervo bibliográfico iniciou em 2006, e a utilização plena do sistema está prevista para o segundo semestre de 2007.

Outra inovação são os registros das novas aquisições patrimoniais da Justiça Federal do Rio Grande do Sul no novo sistema GEAFIN (Gestão Administrativa e Financeira), que substitui o SADM (Sistema de Administração de Materiais) no gerenciamento de todo o material permanente e de consumo da Seção Judiciária, trazendo maior funcionalidade e acessibilidade aos usuários, além de tornar possível a atualização *on-line* da movimentação patrimonial em todo o estado.



## PREGÃO ELETRÔNICO

A Justiça Federal do Rio Grande do Sul é cadastrada no SIASG – Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais. Esse sistema é gerido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo como finalidade a atuação no Pregão Eletrônico, pelo Portal de Compras do Governo Federal. No mês de junho de 2007 está sendo realizado o primeiro pregão eletrônico da Seção Judiciária.

## REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE REQUISIÇÃO E CONTROLE DE PAGAMENTOS DE DATIVOS E PERITOS NOS CASOS DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

No programa de trabalho de assistência judiciária, a Seção Judiciária, por intermédio do Núcleo de Planejamento, Orçamento e Finanças, está participando do grupo criado pelo Conselho da Justiça Federal para tratar da implementação de um sistema informatizado em nível nacional, que será responsável por manter e controlar as informações necessárias para que os Tribunais Regionais Federais, as Seções Judiciárias e os Tribunais de Justiça possam gerenciar os procedimentos administrativos relacionados ao pagamento de despesas com perícia e dativos, nos casos de assistência jurídica a pessoas carentes.

## INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO INTERNA NO PRÉDIO-SEDE E INTERIOR, COM UTILIZAÇÃO DE VOIP

VoIP (*Voice over Internet Protocol*) é um sistema que possibilita a transmissão de voz sobre o protocolo IP, que é o mecanismo de envio de informações através da *Internet*. A Telefonia IP é uma das formas de aplicação de VoIP. A voz, após digitalizada, é transformada em dados, que são enviados por meio de pacotes através da rede local (de dados).

A maior vantagem da tecnologia VoIP é que o custo das chamadas telefônicas utilizando a rede LAN (*Local Area Network*) entre subseções, não custa nada além do preço da própria conexão destinada ao tráfego de dados. Também a segurança merece destaque, uma vez que o tráfego em forma de

pacotes de números impossibilita a escuta clandestina das ligações. Através do VoIP, ainda é possível manter comunicação com todas as subseções mesmo quando os troncos digitais da rede pública (atualmente da Brasil Telecom) estiverem inoperantes.

O VoIP já interliga as subseções de Porto Alegre, Cachoeira do Sul, Carazinho, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Lajeado, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santana do Livramento, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santiago, Santo Ângelo e Uruguaiana, além do Juizado Avançado de Santa Vitória do Palmar. Restam por ativar as subseções de Bagé, Bento Gonçalves, Canoas e Novo Hamburgo, prevendo-se a sua conclusão até a primeira quinzena de julho. São utilizados dois canais no sentido interior-capital e um no sentido inverso, nas subseções onde exista apenas uma vara. A capacidade está sendo duplicada nas demais subseções.

## CONTADORIA

### PROGRAMAS DE CÁLCULOS - APRIMORAMENTO E PREMIAÇÕES

Desde o ano de 2004, constam na página da instituição na *Internet*, para uso público e interno, os programas para cálculos judiciais. São o PROJEF (cálculos nas ações de revisão de benefício pelo IRSM) e o JUSPREV (cálculos em FGTS, ações previdenciárias, tributárias e atualizações em geral, disponibilizados ao público externo, gratuitamente, pela *Internet*), desenvolvidos em conjunto pelos Núcleos de Contadoria e de Informática, ainda na gestão anterior. Os programas são gratuitos, de fácil instalação e operação. Foi desenvolvido, ainda, o SISCONTA, que cuida dos cálculos de FGTS, ações trabalhistas, ações previdenciárias, ações tributárias e demais cálculos de liquidação.

O resultado obtido com estes programas, em todo o estado, é extremamente positivo.

Os programas vêm sendo continuamente aprimorados, com a disponibilização de novos tipos de cálculos. Estão sendo utilizados em todo o país, conforme dezenas de *e-mails* recebidos pelo Núcleo de Contadoria.

No ano de 2006, esta iniciativa obteve três reconhecimentos em nível nacional, a saber:

- menção honrosa no Prêmio de Qualidade Judiciária Ministro Djaci Falcão, instituído pelo Conselho da Justiça Federal;
- seleção para participar da VII Mostra Nacional de Trabalhos da Qualidade no Poder Judiciário, promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe;
- seleção, pelo Conselho da Justiça Federal, para constar no “Portal da Justiça Federal” na *Internet*, seção “Melhores Práticas”, categoria “Gestão Processual”. Segundo o Conselho, esse espaço busca apresentar, de forma organizada, as melhores idéias praticadas e em andamento para tornar a Justiça Federal mais célere e efetiva.

Em 2006, foram incrementadas as páginas da Contadoria na *Intranet* e na *Internet* com a disponibilização de várias informações técnicas e *links* úteis para os usuários. Atualmente, todos os programas de cálculos, tabelas de atualização, macros e outros utilitários necessários para a realização de cálculos na Seção Judiciária estão disponíveis para *download* na página da Contadoria na *Intranet*, sendo um procedimento prático e rápido. Este procedimento é usado tanto na atualização dos

índices de reajuste mensal como nos programas de cálculo disponibilizados.

Também é mantido um canal de comunicação com todos os usuários dos programas de cálculo disponibilizados pela Contadoria por meio do *e-mail* [projef@jfrs.gov.br](mailto:projef@jfrs.gov.br), a fim de esclarecer as dúvidas que porventura ocorram na utilização dos programas, tendo sido atendidos inúmeros usuários gaúchos e de outros estados, como São Paulo, Bahia, Paraná, Acre, Ceará, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

Em junho de 2007, foi disponibilizado no sítio da Justiça Federal do Rio Grande do Sul o POUPNET, programa on line que realiza cálculos das diferenças do expurgo da poupança de junho de 1987 e de janeiro de 1989 e que vem permitindo a aferição dos valores devidos já no ajuizamento das ações.



*Contadoria: menção honrosa no prêmio de qualidade no poder judiciário*

# VIII - Memória Institucional



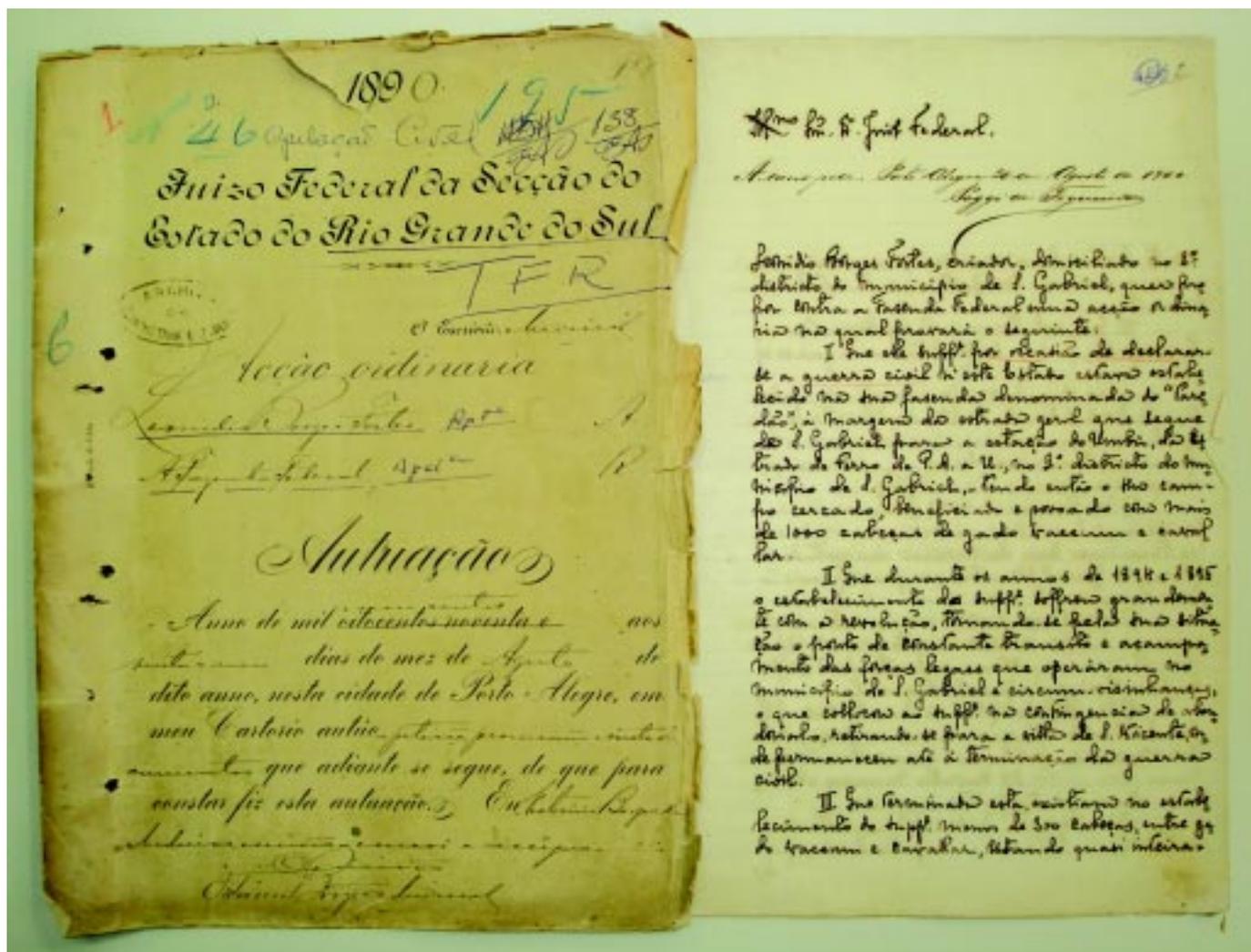
NDOC: FOCO NA GESTÃO DOCUMENTAL

## VIII - MEMÓRIA INSTITUCIONAL CRIAÇÃO DE NÚCLEO

O Núcleo de Documentação surgiu com a Resolução nº 124, de 28.11.2005, a partir da divisão do Núcleo de Apoio Judiciário. Tal medida decorreu naturalmente do crescimento das atribuições vinculadas ao Núcleo de Apoio Judiciário, e, especialmente, da necessidade de se gerenciar, de forma mais próxima, e com um grau de especialização ainda maior, aquelas tarefas vinculadas ao novo Núcleo criado. Inicialmente, constituiu-se das Seções de Biblioteca, de Arquivo e de Apoio, anteriormente vinculadas ao Núcleo de Apoio Judiciário, sendo, posteriormente, acrescentada a Seção de Memória Institucional, criada pela Resolução nº 20, de 29.05.2006, o que denota o grau de especialização almejado, e o foco a ser fixado na gestão documental, que já vinha sendo

desenvolvida pela Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, juntamente com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, como piloto nacional, com a participação direta do Núcleo de Apoio Judiciário.

O foco na gestão documental não exclui a necessidade de manutenção e aprimoramento das demais atividades. A Seção de Biblioteca apresenta um crescimento, no mínimo proporcional ao da Seção Judiciária, sendo que, a cada instalação de uma nova subseção judiciária ou de uma nova vara federal, é necessária a destinação de bibliografia de referência ou de uma biblioteca local, no caso das novas subseções, com todas as medidas daí decorrentes. Some-se a isto o crescimento do acervo disponível em Porto Alegre, para consulta e empréstimo, principalmente para atender às de-



Processo ajuizado, em 1900, contra a Fazenda Nacional. O autor solicitava indenização por perdas sofridas durante a Revolução Federalista (1893-1895)

mandas referentes à prestação jurisdicional. De forma semelhante, o crescimento do acervo de arquivo, judicial e administrativo, em Porto Alegre – o que se repete nas subseções do interior – demanda uma qualificação da guarda do acervo, com medidas tendendo ao melhor aproveitamento do espaço, que já se tem mostrado insuficiente para as necessidades da instituição. E essa gestão do arquivo deve ser tratada em conjunto pelas Seções de Arquivo e de Memória Institucional, esta última responsável direta pela atividade de Gestão Documental, mas criada, também, com a intenção de atuar na pesquisa e guarda de todo o acervo, documental ou patrimonial, que seja de relevância histórica para a Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio Grande do Sul.

São exemplos, ainda, das atribuições do Núcleo de Documentação, em especial da Seção de Memória Institucional, aquelas referentes ao planejamento e à execução de atividades com vistas à comemoração dos 40 anos de reinstalação da Justiça Federal no Rio Grande do Sul, em auxílio à Direção do Foro, e em conjunto com o Núcleo de Recursos Humanos da Seccional, além da promoção, desde o início de 2007, do Programa de Memória Oral da Justiça Federal do Rio Grande do Sul, que visa a coletar depoimentos de servidores e magistrados ativos e aposentados, a fim de compor um acervo documental da memória oral dos entrevistados. Os depoimentos são voltados para as experiências pessoais dentro da instituição, e possibilitam reflexões a respeito de pontos marcantes da história da Justiça Federal, como a sua reinstalação e o processo de interiorização das varas, por exemplo. Os depoimentos serão disponibilizados tanto em meio digital (através de arquivos em mp3) quanto em meio papel (depois de gravados) e servirão como mais um instrumento para pesquisas diversas, como a história do judiciário brasileiro, e para a construção de uma memória dentro da instituição. Foram entrevistados, até o momento, os seguintes servidores e magistrados: Cléia Eunice de Oliveira Brito, José Conceição Orcy, Maria Elisabeth da Silva Barbieri, Carlos Dario Lopes Daudt Filho, Sezefredo

Marcondes Castilhos, Lauro de Souza Pires, Luciano Alabarse, Maurício Souza Maronez, Sílvia de Castro Pereira, desembargador federal Vilson Darós, juiz federal José Sperb Sanseverino, desembargador federal Osvaldo Moacir Alvarez, desembargador federal Nylson Paim de Abreu e ministro José Neri da Silveira.

Paralelamente a esse trabalho, o Núcleo de Documentação e a Seção de Memória Institucional mantêm contato com as subseções do interior que estejam realizando as atividades de gestão documental, a fim de lhes dar as devidas orientações, ao mesmo tempo em que fomenta essas políticas nas demais subseções. Na medida em que os espaços destinados ao acervo de arquivo, além de dispendiosos, estão escassos, essa tarefa passa a ser imprescindível.

No que se refere ao acervo de arquivo da Subseção Judiciária de Porto Alegre, importa destacar que, pelo seu crescimento, houve a necessidade de se alugar um novo prédio para atender à crescente demanda. À vista disto, permanecem no espaço utilizado pela Seção de Arquivo no prédio-sede os processos posteriores a 2002 (inclusive), que são mais procurados para consulta. O restante do acervo está acondicionado em um novo prédio, alugado em conjunto com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Diante desta situação, expediu-se regulamento prevendo prazos para a disponibilização dos processos arquivados fora do prédio-sede, por força da necessidade de deslocamento para a sua coleta (Portaria nº 02/2006 da Direção do Foro). Atualmente está em processo finalização a locação de outro prédio com estrutura mais apropriada para a guarda do acervo.

No que se refere, ainda, à gestão do acervo, medidas vêm sendo implementadas no sentido de qualificar a guarda e a disponibilização, para consulta, de documentos, judiciais e administrativos, principalmente aqueles considerados de guarda permanente, que somente podem ser alcançados em meio digital ou por cópia. Neste sentido, estão sendo desenvolvidas ferramentas como o GEDOC, para os documentos administrati-

vos e judiciais desvinculados de processos, e o GEDPRO, a fim de conciliar a geração, a tramitação e o controle de temporalidade dos documentos. Tais ferramentas, desenvolvidas pelas áreas de Informática do Primeiro e do Segundo Graus, têm o acompanhamento do Núcleo de Documentação em seu desenvolvimento e implantação. Está definido objeto para licitação de empresa especializada no trabalho de digitalização, tratamento dos documentos de guarda permanente, além da indexação, em meio

físico e digital, do acervo histórico da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Durante a gestão, foram eliminados 10.374 agravos e 2.228 execuções, em três editais de eliminação (o V edital foi publicado, mas seus dados ainda não estão consolidados). Participaram do processo as subseções de Porto Alegre, Passo Fundo, Rio Grande, Santa Maria, Santo Ângelo, Bagé, Santana do Livramento, Novo Hamburgo, Caxias do Sul e Uruguaiana.



*Processo histórico da primeira fase da Justiça Federal (1890-1937) considerado de guarda permanente.*

# IX - Segurança

GES  
JUSTIÇA FEDERAL



CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DO GES

## IX - SEGURANÇA

### ESTRUTURAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE NOVOS AGENTES NO GRUPO ESPECIAL DE SEGURANÇA - GES

A gestão teve dentre seus objetivos o desenvolvimento da área de segurança na capital e no interior, incentivando medidas destinadas a promover a garantia das pessoas e dos bens da instituição.

Nesta linha, foi reestruturado o Grupo Especial de Segurança – GES, criado pela Portaria nº 01/2000 da Direção do Foro. O GES cada vez mais vem sendo chamado a intervir na garantia das pessoas que transitam nos prédios da Justiça Federal, na escolta de presos, no acompanhamento no cumprimento de mandados, na segurança das audiências na capital e no interior, nas situações de incêndio, furto, ameaças a magistrados, escolta de autoridades, transporte de armamento, guarda de bens, etc.

O grupo de agentes que compunha o GES era bastante reduzido, o que vinha exigindo organização cada vez maior, trabalho em condições

limítrofes e integração de agentes lotados nas demais unidades, para atendimento das demandas, cada vez mais complexas.

Editada a Portaria nº 111, de 30 de novembro de 2005, o Grupo Especial de Segurança recebeu regulamento próprio e teve suas normas de seleção e ingresso estabelecidas. Foram, ainda, definidas as condições para a concessão de porte de arma, em cumprimento à Resolução nº 01/2005 da Presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Com a autorização dos Diretores de Foro das Subseções Judiciárias, iniciou-se o primeiro processo seletivo para a incorporação de novos agentes de segurança ao GES, especialmente no interior do estado. Composto de avaliações médica, psicológica e técnica, o processo seletivo foi concluído e os agentes habilitados estão sendo convocados, gradativamente, para integração ao grupo.

### INVESTIMENTOS EM SEGURANÇA

Foram adquiridos para a Seção de Transporte e para a Seção de Segurança veículos novos para a

capital e o interior, em substituição aos muito antigos; microcomputadores e impressoras compatíveis com o acesso dos novos sistemas; novos coletes balísticos do modelo multi-ameaça (proteção contra disparos de arma de fogo ou perfurações causadas por instrumentos pontiagudos); novos rádios transceptores modelo HT em substituição aos antigos, que já contavam com quase dez anos de uso intensivo; munições.



Formatura do Grupo Especial de Segurança

A solicitação de autorização de aquisição dos novos armamentos para o GES já foi encaminhada pela Direção do Foro ao Departamento de Fiscalização de Produtos Controlados do Comando do Exército.

Está em andamento o processo de aquisição de uniforme oficial para o grupo, a ser utilizado em operações de segurança ostensiva.

### APERFEIÇOAMENTO DO GES

Foram realizados cursos de tiro técnico, tático e em ambientes confinados, para os integrantes do GES, em convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado, ministrados pelo Grupo de Ações Táticas e Especiais do Batalhão de Operações Especiais - GATE/BOE, da Brigada Militar.

No mês de julho de 2006, integrantes do GES participaram do Curso Básico de Inteligência da Brigada Militar – Estado Maior da Brigada Militar – PM2, e em março de 2007, os agentes do GES participaram do curso de consultas ao SINIC ministrado pela Polícia Federal, bem como de curso sobre segurança da informação.

Ocorreram ainda, duas edições, nos meses de maio e junho, do curso de segurança institucional ministrado pela empresa Quality. As metas do treinamento foram: estratégias para lidar com o estresse, motivação, flexibilidade, capacidade de planejamento e tomada de decisão, raciocínio espacial, atenção difusa, técnicas de imobilização e de manuseio de armamento e munição.

Os novos integrantes do GES receberam, ainda, instrução ministrada pelos veteranos, acerca das atividades desenvolvidas, estratégia de organização, técnicas adotadas na segurança de dignitários e outras informações.

### PALESTRAS SOBRE SEGURANÇA PESSOAL PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES

Diversos cursos e treinamentos têm sido realizados através de convênio firmado pela anterior gestão entre a Seção Judiciária do Rio Grande do Sul e a Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Durante o ano de 2006, foram ministradas palestras sobre normas de segurança pessoal, na capital e no interior, por integrantes do Batalhão de Operações Especiais da Brigada Militar, tendo como público-alvo magistrados e servidores, especialmente oficiais de justiça, que realizam trabalho diário nas ruas. Em tais oportunidades, juízes e servidores foram orientados sobre como proceder com vistas a evitar situações de risco e como agir nos casos em que o risco seja inevitável.



*Membros do GES participam de curso de aperfeiçoamento*

## **CRIAÇÃO DA BRIGADA DE INCÊNDIO**

Através da Portaria nº 23, de 28 de março de 2006, foi constituída a Brigada de Incêndio da Subseção Judiciária de Porto Alegre, grupo composto de servidores voluntários, especialmente agentes de segurança, organizados em equipes segundo as normas de detecção e combate a incêndio. A mesma providência foi recomendada aos Diretores de Foro das subseções do interior, que vêm criando as Brigadas nos respectivos prédios-sede.

Desde a constituição da Brigada de Incêndio em Porto Alegre, já houve a organização da coordenação dos brigadistas, a determinação de ramal exclusivo para a Brigada de Incêndio na capital, a organização dos grupos de operação para os casos de sinistro, a demonstração e capacitação para operar o sistema de prevenção e combate a incêndio do prédio-sede, o curso de primeiros socorros e o fornecimento de rádios comunicadores aos coordenadores de equipe. A grande parte dos integrantes das Brigadas de Incêndio já realizou no Corpo de Bombeiros, o curso de formação de brigadistas.

## **IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE MONITORAMENTO POR CIRCUITO FECHADO DE TV NO PRÉDIO-SEDE E EM SUBSEÇÕES**

O projeto de monitoramento por circuito fechado de TV no prédio-sede foi elaborado pelo supervisor da Seção de Telecomunicações desta Seção Judiciária, que vem elaborando, também, os projetos para as subseções do interior. A obra na capital está em fase de finalização.

Nas subseções, já há monitoramento por câmeras de vídeo nas cidades de Canoas, Rio Grande, Santo Ângelo e no novo prédio de Caxias do Sul. Para as subseções de Santa Maria, Pelotas e Uruguaiana, está prevista a apresentação do projeto no primeiro semestre de 2007. Para as demais subseções, os projetos serão realizados conforme solicitação dos Diretores de Foro.

## **PROJETO BARREIRA ELETRÔNICA NO PRÉDIO-SEDE – ALARME**

O Sistema de Alarme de Intrusão Perimetral é parte integrante do SIVE - Sistema Integrado de Vigilâncias Eletrônica, implantado no prédio-sede da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. O sistema é baseado em sensores (presença, magnéticos, quebra de vidro e sirene) conectados a uma central de alarmes e estende-se por todo o cercamento do terreno.

## **AQUISIÇÃO DE PORTAIS, DECTORES DE METAIS, APARELHO DE RAIOS-X PARA UTILIZAÇÃO NAS PORTARIAS DO PRÉDIO-SEDE**

Dentre os vários projetos para implementação de medidas de segurança no acesso ao prédio-sede, está a aquisição de portais detectores de metais e aparelhos de raios-x. Os equipamentos estão sendo licitados e a instalação está prevista para o segundo semestre de 2007. Diversas subseções já contam com porta giratória, disponibilizada pelos postos locais de atendimento bancário.

## **CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO SETOR DE SEGURANÇA PREDIAL VINCULADO À SEÇÃO DE SEGURANÇA**

Por solicitação da Direção do Foro da Seccional, foi criado, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o Setor de Segurança Predial da Seção de Segurança que, em conjunto com o Grupo Especial de Segurança – GES, tem a incumbência de propor à Administração os planos de segurança interna, avaliando as condições e os fatores de risco institucional, bem como a limitação do acesso, trânsito ou saída de pessoas e bens, do prédio-sede, mediante procedimentos de identificação, monitoramento e outros e ainda propor normas de segurança referentes às audiências com réus presos, ou audiências em que seja solicitada a atuação do GES, as quais serão submetidas à aprovação e publicação pela Direção do Foro.

## **SEGURO DAS SEDES**

Está em processo de licitação a contratação de seguro para os prédios-sede e a ampliação do seguro de automóveis, com vistas a uma maior garantia do patrimônio da instituição nos casos de sinistro.

# X - Subseções Judiciárias



PRÉDIO DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA  
DE CAXIAS DO SUL

## X - SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS

Entre os principais objetivos da atual gestão da Seção Judiciária esteve a administração conjunta com os Diretores de Foro das subseções. A grande parte das ações já registradas no relatório, e que disseram respeito às subseções, foram desenvolvidas por iniciativa e com a participação ativa das mesmas. Foi indispensável e extremamente útil para a produção de novas idéias, o estabelecimento de metas e o compartilhamento de experiências, a realização periódica das reuniões de diretores de foro de subseções, que ocorreram em seis edições, no período de junho de 2005 a junho de 2007.

A intenção foi assegurar às unidades do interior e da capital as mesmas condições de trabalho.

Diversas ações realizadas no âmbito das subseções, e relacionadas nos relatórios apresentados pelos respectivos Diretores de Foro, estão descritas e foram classificadas nos capítulos anteriores deste relatório, destacando-se ainda, outras ações locais.

### SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE



- Realização de alterações de leiaute no prédio do Juizado Especial Federal, com vistas a ampliar os postos de trabalho do gabinete dos juízes, a reorganizar e a otimizar do espaço total do arquivo para melhor acomodação dos processos.
- Participação da Subseção em todos os editais para eliminação de autos findos.
- Convocação de mutirão, entre os servidores da área meio, para a eliminação dos atrasos verificados no Setor de Contadoria.

- Realização de pesquisas e diligências, que resultaram na eliminação total de depósitos judiciais vinculados a processos arquivados na Subseção.
- Diversas ações de caráter social, tais como arrecadação de fraldas descartáveis e destinação de mobiliário e equipamentos descartados para órgãos públicos.
- Registro e comemoração dos 20 anos da implantação da primeira vara federal no Rio Grande, a pioneira no interior do estado.

### SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA MARIA



- Na área social, foram efetivadas várias doações com o intuito de devolver à comunidade os valores arrecadados nos processos de Execução Penal, dentre as quais, materiais para reforma de creches para crianças carentes, equipamento desfibrilador para o Corpo de Bombeiros, móveis para o Esquadrão da Brigada Militar, materiais para oficinas em escolas carentes.
- Instalação de distribuidores VGA, nos computadores das salas de audiências, permitindo que as partes e seus procuradores visualizem a digitação do termo de audiência através de monitores de vídeo.
- Instalação de sistema de segurança no arquivo da Subseção, permitindo o controle do acesso.
- Realização dos cursos de Cálculos, Português, Prevenção de Incêndio, SIAPRO, Processo Eletrônico, GEDPRO, SUP e sobre Direitos Humanos. Santa Maria foi uma das subseções pioneiras a receber cursos por videoconferência.

- Na área do atendimento ao público, foram tomadas várias medidas, dentre as quais a instalação de plataforma elevatória, facilitando o acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais, a instalação do balcão de informações, transferência da Distribuição com a implementação de nova rede lógica, instalação de terminal de consulta processual no *hall* de entrada do prédio que abriga a 3ª Vara, Vara de Execuções Fiscais e Central de Mandados, colocação de ventiladores nos corredores, ampliação do local destinado ao atendimento ao público da 1ª Vara e Juizado Especial Adjuntos Previdenciário e Criminal, realocação da sala da OAB com a disponibilização de computador, climatização e maior espaço físico.
- Ainda, foram realizadas diversas palestras ministradas nos quartéis por magistrados, dentro do Projeto Soldado Cidadão.
- Registro e comemoração do aniversário de 20 anos da instalação da Subseção Judiciária.

#### SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PASSO FUNDO



*Homenagem ao Desembargador Federal Nylson Paim de Abreu*

- Destaca-se, na questão patrimonial, a aquisição de terreno lindeiro ao prédio-sede da subseção, sua drenagem, canalização e cercamento.
- Locação e transferência do arquivo, possibilitando melhor aproveitamento do espaço atual. Criação de mini-auditório para realização de cursos, treinamentos e palestras, ao vivo ou por meio de vídeo-conferência.

- Implantação de serviço de recepcionista.
- Implantação da Brigada de Incêndio.
- Ampliação dos convênios com universidades, para estágio de alunos do curso de Direito.
- Realização de campanhas de doação de sangue e arrecadação de donativos para creches e asilos.
- Solicitação atendida, pelo Governo Municipal, de transporte coletivo adaptado para pessoas com necessidades especiais, com trajeto passando em frente ao prédio da Justiça Federal.
- Registro e comemoração do aniversário de 20 anos da instalação da Subseção Judiciária.

#### SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTO ÂNGELO

- Criação, em 10 de julho de 2006, do Grupo de Avaliação de Autos Findos da Subseção Judiciária de Santo Ângelo.
- Tendo em vista os termos da Resolução nº 40, de 19/07/2006, da Presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que alterou a competência e denominação da 3ª Vara e Juizado Especial Previdenciário desta Subseção Judiciária, foi especializada a Vara Federal Previdenciária de Santo Ângelo.
- Criou-se, em 22 de junho de 2006, a Brigada de Incêndio da Subseção Judiciária de Santo Ângelo.
- Tendo em vista o grande número de processos arquivados, foi necessária a mudança do Arquivo de processos para outro prédio com maior capacidade.

#### SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BAGÉ

- Reaparelhamento dos equipamentos de informática, de acordo com as necessidades locais, e migração do cabeamento lógico antigo para o novo.
- Solicitação à Caixa Econômica Federal de instalação de porta detectora de metais na entrada do prédio, vez que compartilhado o mesmo acesso para a vara e para agência bancária.

- Reestruturação do leiaute da unidade, com melhor utilização do espaço físico, possibilitando que todos os servidores tenham estações de trabalho bem definidas.
- Alteração da forma de atendimento ao público, buscando maior proximidade entre a Justiça e os usuários.
- Criação de estrutura própria para a tramitação dos processos relativos ao procedimento do Juizado Especial Federal.
- Realização de cursos pelo juiz federal titular da vara dirigidos a advogados e interessados acerca dos procedimentos adotados no juizado eletrônico.

#### **SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO**



- Criação da Central de Mandados (CEMAN) em outubro de 2005.
- Convênio com a Universidade da Região da Campanha-URCAMP para implantação do Núcleo avançado de prática jurídica no prédio da Justiça Federal, possibilitando a prestação de assistência jurídica gratuita.
- Instalação da sala da OAB, no prédio da Justiça Federal.
- Instalação do setor de atermação no Juizado Especial Federal Cível, destinado a atender advogados e jurisdicionados.

- Criação do arquivo regionalizado das subseções de Santana do Livramento, Bagé e Uruguaiana.
- Estruturação do auditório, com equipamentos de vídeo e som e cadeiras tipo escolar.
- Parcerias sociais, buscando uma maior interação com a sociedade, através de convênios de prestação de serviço à comunidade dos apenados.
- Projeto de adoção de uma vila, com doações no Natal, Páscoa e Dia da Criança.

#### **SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE NOVO HAMBURGO**

- Criação do arquivo regionalizado das subseções de Canoas e Novo Hamburgo, com locação de nova sala para essa finalidade, solucionando o problema de espaço até então existente nas duas subseções.
- Realização de mutirão para diminuição do passivo existente na Contadoria, após proposição de comissão composta para esse fim.
- Modificação do sistema de distribuição de papel A4 utilizado em grande escala na Subseção, com entrega direta na sede.
- Adoção de medidas para buscar soluções para o atraso nos prazos de atendimento por parte da Contadoria.
- Destinação de uma sala para a realização de palestras, cursos e videoconferências, para o Setor de Atermação/Assistência Judiciária Gratuita, para a Central de Mandados e para o Almoxarifado do Setor Administrativo.

#### **SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAXIAS DO SUL**

- Integração com a comunidade, abrindo as portas da Subseção Judiciária a alunos universitários do curso de Direito da Universidade de Caxias do Sul, para visita nas diversas unidades da Subseção, abordando-se assuntos solicitados e de interesse dos acadêmicos, com a presença dos servidores e juizes.
- Comemoração dos 12 e dos 13 anos de instalação da Subseção Judiciária de Caxias do Sul, respectivamente, nos dias 21/09/05 (patrocinada

pelos juizes da Subseção) e 20/09/06 (patrocinada pela Caixa Econômica Federal).

- Procedimentos preparatórios e de instalação da nova sede da Subseção, em prédio próprio.

### **SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE URUGUAIANA**



- A Subseção Judiciária promoveu o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos servidores, com enfoque na gestão de pessoal. Neste sentido realizaram-se ações de treinamento, tais como cursos do SUP – Sistema Único de Protocolo, GEDPRO, Processo Eletrônico, Excel voltado ao SIAPRO, Segurança Pessoal e formação da Brigada de Incêndio.
- No aspecto material, destacam-se as reformas e as adaptações efetivadas no mobiliário da Sala de Audiências, Juizado Especial Cível e Setor de Atendimento.

### **SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PELOTAS**

- A Subseção pautou seu enfoque na Centralização do Atendimento ao Público. Coube ao Setor de Distribuição receber todos os processos e petições que tramitam na Subseção. Este procedimento diminuiu tarefas dos balcões de atendimento das varas, que passaram a concentrar esforços em outras atividades, com a adoção de um único padrão de operação.
- Na área social, a Subseção procurou manter adolescentes em trabalho educativo junto às unidades, propiciando a troca de experiências e inclusão social, com excelentes resultados para

ambas as partes, não havendo sido observado nenhum problema comportamental que pudesse colocar o programa em risco.

- Instituiu-se a realização de cálculos internos de Sistema Financeiro de Habitação, agora encaminhados, juntamente com contratos bancários, para o Setor de Contadoria, sem a necessidade da nomeação de peritos para a operação. Este procedimento diminuiu os gastos com perícia e valoriza os servidores pela confiança depositada em seus trabalhos e pela busca de aperfeiçoamento pessoal.
- Reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos terceirizados com a realização de uma festa de confraternização, no final de 2006, na qual todos receberam cestas natalinas, custeadas pelos magistrados e servidores.
- Utilização de concurso de seleção para estágios, no qual os candidatos a estágio prestam prova de seleção e são classificados segundo seu desempenho, sendo chamados conforme ocorra disponibilidade de vaga.

### **SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CRUZ DO SUL**

- Curso de Segurança Pessoal para Magistrados, ocorrido em 07/11/2006, ministrado por um oficial da Brigada Militar, e aberto a todos os servidores da Subseção Judiciária que aderiram massivamente.
- No campo social, a Subseção Judiciária de Santa Cruz do Sul, através de seus servidores e magistrados, adotou a Escola Municipal de Educação Infantil Santo Antônio, localizada em área carente do município. Através de contribuições mensais e espontâneas, são arrecadados valores, que em datas festivas (Natal, Páscoa e Dia da Criança), são traduzidos em presentes para as crianças.
- Programa da Ginástica Laboral e caminhadas, que tiveram grande aderência por parte dos servidores desta Subseção Judiciária, trazendo notórios resultados na qualidade de vida dos servidores.

### SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CANOAS

- Unificação dos arquivos com a criação, em 16/03/2006, do Arquivo Regional das Subseções de Canoas e de Novo Hamburgo, o que representou significativa economia nos custos de locação.
- Realização de obras com vistas à implementação do PPCI – Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndio. Construção de escada de incêndio, saídas de emergência e todos os equipamentos necessários à prevenção e combate aos riscos de incêndio.
- Aquisição, em novembro/2005, de três monitores de circuito fechado de TV para instalação nos três postos de vigilância existentes na Subseção.
- Instalação de equipamentos de segurança, dentre eles mais três câmeras de TV com visão noturna e alarmes, nas portas de emergência localizadas no térreo e subsolo do prédio, bem como para cobrir a área externa da Subseção.
- Manutenção da prestação de serviços voluntários na Subseção de Canoas. Atualmente a Subseção de Canoas conta com três voluntários.

### SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BENTO GONÇALVES

- Instalação de uma sala para realização de perícias, com aquisição de equipamentos indispensáveis, tais como: mesa para exames clínicos, negatoscópio e biombo.
- Criação do Mural Eletrônico, que permite aos Diretores das varas e ao supervisor de Apoio Judiciário e Administrativo, a divulgação de informações para todos os que acessam a rede Novell.
- Criação do *site* DFBENTO, com informações disponíveis a todos os servidores da Subseção.
- Continuidade das reformas com pintura e impermeabilização de paredes do prédio, em 4 andares, remoção de forração, lixação de parquê e aplicação de sinteco nos 7º, 8º e 9º andares, substituição de persianas nos 7º, 8º e 9º andares, instalação de banheiro, troca de válvulas, de forma a melhor adequá-lo à prestação de serviços.

- Negociação do contrato de locação com o Banco do Brasil.
- Doações à comunidade (valores e bens móveis), totalizando a importância de R\$ 140.683,00, no período de julho de 2005 a abril de 2007, coordenadas pela Vara Federal e Juizado Especial Federal Criminal.

### SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE LAJEADO



- Na Subseção Judiciária de Lajeado foi criada a Central de Atendimento ao Público, que entrou em funcionamento dia 27/11/2006.
- Na área social, efetuou-se a doação de 19 micro-computadores à Prefeitura Municipal de Lajeado, os quais serão utilizados em projeto social denominado Projeto Vida.

### SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ERECHIM



*Instalação do processo eletrônico em Erechim*

- Instalação do Processo Eletrônico, com realização de curso ministrado para advogados e procuradores públicos.

- Realizaram-se ações de treinamento, tais como cursos do SUP – Sistema Único de Protocolo, GEDPRO e Excel voltado ao SIAPRO.

### SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA ROSA

- Destinação de equipamentos de informática apreendidos na fase inquisitorial à Delegacia Estadual de Educação no município, em decorrência de acordo entabulado em audiências de Transação Penal.
- Participação de servidora no projeto “Conciliar é Legal – Movimento para a Conciliação”, junto ao Conselho Nacional de Justiça, objetivando a formação de conciliadores para atuarem nos Juizados Especiais Federais.
- Acolhimento de apenados para o desempenho de funções nas dependências da Vara Federal e Juizado Especial Federal (juntada de petições) e na Agência do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (organização do arquivo da Autarquia).
- Realização de mutirões periódicos de audiências de conciliação nos processos de competência do Juizado Especial Federal Previdenciário, envolvendo pedidos de concessão de benefício.

### SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CARAZINHO



*Instalação do processo eletrônico em Carazinho*

- Ações relativas ao prédio-sede da Subseção Judiciária de Carazinho propiciaram, entre outras, a agilização e a finalização de obras pendentes, maior segurança e ampliação da visibilidade da Justiça Federal junto à comunidade local.

- Renovação de contrato de aluguel, com a inclusão de prédio adjacente ao atual, que permitirá agregar à subseção uma sala de perícias, sala de identificação, sala ampla para a Seção Criminal, biblioteca e auditório.
- Incentivo ao desenvolvimento da Brigada de Incêndio local, através da participação em curso de primeiros socorros e no curso de prevenção e de combate a sinistros.
- Instalação de películas no prédio-sede, como forma de incrementar a segurança.
- Desinsetização do prédio-sede.
- Reuniões com os principais órgãos públicos que litigam na Justiça Federal (INSS, AGU, CEF, Fazenda Nacional, etc.) para acertamento de procedimentos administrativos e para a instalação de procuradorias locais.
- Convênio com universidades para fins de prestação de assistência judiciária gratuita.
- Concurso para a admissão de estagiários, o que propicia uma melhor qualificação do quadro de pessoal e atende ao princípio constitucional da isonomia.
- Instalação do posto de coleta da ACAPA, aceitando doações para a Associação Carazinhense de Proteção aos Animais (ACAPA).

### SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CRUZ ALTA

- Estruturação dos diversos Setores da Secretaria da Vara Federal única e Juizado Especial Federal Adjunto e do fluxo de trabalho, implantação de método na condução dos feitos e treinamento constante de novos servidores.
- Produção de manuais de despacho para os setores, fluxogramas de trabalho e de procedimentos.
- Registro e distribuição de orientações gerais sobre as prioridades, as metas e valores perseguidos na Vara e Juizado Especial Federal Adjunto de Cruz Alta.
- Adoção da figura do Conciliador no Juizado Especial Federal.

- Assinatura de convênios para cumprimento das penas de prestação de serviços à comunidade, e destinação dos recursos obtidos com multas ou prestações pecuniárias exigidas na esfera criminal às entidades de finalidade social. Assinatura de convênios com escolas da rede pública local e universidade.
- Incentivo à participação dos servidores em cursos de qualificação, de desenvolvimento gerencial, SINIC, GEDPRO, processo eletrônico. Organização de eventos voltados à servidores, advogados e peritos.
- Seleção constante e pública de estagiários, para trabalho junto à Vara, priorizando-se os estudantes da universidade local e com a substituição imediata de estagiários, por ordem de classificação.
- Houve a preocupação constante no sentido de garantir a segurança do público e dos servidores nesse prédio, mediante intervenções no PCCI, na manutenção e funcionamento regular de elevadores.

### SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CACHOEIRA DO SUL



- Enfoque na área de recursos humanos através da realização de entrevistas com todos os servidores da Subseção Judiciária, a fim de identificar interesses e necessidades visando à distribuição de tarefas nos diversos setores.
- Utilização de métodos de gestão de pessoal.
- Reestruturação física da Vara, a fim de propiciar maior agilidade e eficiência na realização das tarefas.

- Nomeação de conciliadores com vistas a desafogar a pauta de audiências do Juizado Especial Federal.
- Na área social, incentivo à reciclagem de papel e posterior doação a entidades filantrópicas.

### SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTIAGO



*Inauguração da Vara Federal de Santiago*

- Disponibilização de um servidor da área administrativa para suporte externo aos advogados e peritos que enfrentem dificuldades no manuseio do *software*.
- Implantação de projeto de conciliação nas ações de cunho previdenciário e assistencial, em parceria com a Procuradoria Federal Especializada do Instituto Nacional do Seguro Social em Santa Maria, que oficia na Subseção de Santiago.
- Organização de um sistema de cargas com a participação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e da Procuradoria da Fazenda, para possibilitar o envio dos processos de modo ágil e seguro, nos procedimentos com a participação da Fazenda Nacional – com sede em Santa Maria.
- Participação efetiva da Subseção em atividades de caráter social e comunitário, tais como a doação feita pela equipe da Subseção a uma família, vítima de incêndio que destruiu sua residência.

Por fim, destaca-se a redefinição da abrangência das subseções judiciárias de Passo Fundo, Carazinho, Erechim e Bento Gonçalves, de forma a adequar a conformação da respectiva área territorial às características regionais e a facilitar o acesso dos jurisdicionados à Justiça Federal.

# XI - Gestão Financeira, Contratual e Patrimonial



REDEFINIÇÃO DO ESPAÇO  
DE DEPÓSITO DO PATRIMÔNIO

## XI - GESTÃO FINANCEIRA, CONTRATUAL E PATRIMONIAL

### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária da atual gestão, no período compreendido entre junho de 2005 a maio de 2007, foi de aproximadamente R\$ 557.500.000,00 (quinhentos e cinquenta e sete milhões e quinhentos mil reais). Deste valor, 70,73% correspondem a despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista; 25,72% a despesas correntes (para a manutenção da estrutura e do funcionamento da Seção Judiciária, tais como água, luz, vigilância, limpeza, telefonia, locações, cursos, diárias, assistência jurídica a pessoas carentes, materiais de consumo, contratos, etc.) e 3,56% correspondem a investimentos (equipamentos de informática, obras, reformas, veículos, livros, etc.). Os investimentos somaram mais de R\$ 19.800.000,00 (dezenove milhões e oitocentos mil reais) e permitiram a realização de obras de grande importância para a seccional, além do incremento de seu parque tecnológico.

No programa de trabalho de assistência jurídica a pessoas carentes, foram executados aproximadamente R\$ 10.730.000,00 (dez milhões, setecentos e

trinta mil reais), com um total de aproximadamente 59.000 (cinquenta e nove mil) pessoas atendidas.

No que diz respeito à capacitação de recursos humanos, o valor executado chegou a aproximadamente R\$ 2.080.000,00 (dois milhões e oitenta mil reais), para um total de 3.751 vagas disponibilizadas para cursos e treinamentos, promovidos internamente, pela instituição, ou freqüentados em entidades de reconhecida capacidade.

O volume de pagamento de Requisições de Pequeno Valor e Precatórios, no período de junho de 2005 a maio de 2007, estão demonstrados no quadro abaixo.

Com o intuito de agilizar os pagamentos realizados pela Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, foi publicada a Portaria nº 36, de 26/04/2006, que delega competência à Direção da Secretaria Administrativa para atuação na ordenação da despesa no que diz respeito à liberação de ordens bancárias no SIAFI, excetuando-se dessa delegação as ordens bancárias de pagamento de pessoal.

<b>Requisições pagas nos processos da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul</b>		
<b>Período: 01.06.2005 até 18.05.2007</b>		
<b>Tipo de requisição</b>	<b>Quantidade de requisições</b>	<b>Valores pagos</b>
<b>PRECATÓRIOS</b>	<b>22.067</b>	<b>1.358.776.577,56</b>
<b>REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR – RPVs</b>	<b>93.769</b>	<b>726.389.262,62</b>
<b>Total</b>	<b>115.836</b>	<b>2.085.165.840,18</b>

## CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PARA A SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL, INCLUÍDA NO PLANO PLURIANUAL.

PLANO PLURIANUAL 2008 – 2011 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 12101 - JFRS DE 1º GRAU UNIDADE GESTORA: TRF 4ª REGIÃO PROJETOS DE CONSTRUÇÃO DE NOVOS EDIFÍCIOS-SEDES			
ORDEM DE PRIORIDADE NO TRF	TÍTULO DA AÇÃO	INÍCIO (MÊS/ANO)	TÉRMINO (MÊS/ANO)
1	EDIFÍCIO-SEDE NOVO HAMBURGO	JAN/2003	JUN/2009
2	EDIFÍCIO-SEDE RIO GRANDE	JAN/2003	DEZ/2009
3	EDIFÍCIO-SEDE SANTO ANGELO	JAN/2008	DEZ/2010
4	EDIFÍCIO ANEXO PORTO ALEGRE		
5	EDIFÍCIO-SEDE PELOTAS	JAN/2009	DEZ/2012
6	EDIFÍCIO ANEXO PASSO FUNDO		
7	EDIFÍCIO-SEDE BAGÉ		
8	EDIFÍCIO-SEDE SANTA MARIA		

## CONTRATOS E CONVÊNIOS

Sob o controle do Núcleo de Apoio Administrativo, estão em vigor atualmente 92 contratos, sendo que destes, 90 contratos são continuados.

Destacam-se, dentre os contratos de manutenção continuada, aqueles firmados com: Unimed Federação (assistência médica), Plansul (limpeza e copa), EBCT (correspondência), Brasil Telecom S/A (comunicação de dados e telefonia fixa), Vigilância Pedrozo (vigilância).

A Seção Judiciária mantém 92 contratos e 85 convênios de cooperação, com aproximadamente 69 entidades, para viabilizar a execução de objetivos comuns, dentre os quais a instalação de varas, a prestação de assistência judiciária, a cooperação técnico-financeira e diversos outros.

## PATRIMÔNIO

### PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO CONTROLE PATRIMONIAL

Foram realizados treinamentos de servidores da capital e do interior para a apresentação de sistema de controle patrimonial e de realização de pré-inventário.

Durante seis meses, uma comissão de três servidores viajou por todas as subseções do Rio Grande do Sul para realizar um minucioso levantamento do patrimônio da instituição, com o intuito de ajuste e consolidação do controle do material permanente, identificando todo o patrimônio e retificando inconsistências que figuravam, de forma reiterada, nos relatórios patrimoniais dos exercícios anteriores. Foram registrados, localizados e lidos 37.289 bens, desde mobiliário, material de escritório, equipamentos de informática, automóveis, até bens muito antigos, ainda da época da reinstalação da Justiça Federal no estado. Participaram do projeto os servidores Carlos Alberto Lamb Carosio, coordenador e então Diretor do Núcleo de Apoio Administrativo, Marlon Barbosa Silvestre, do Núcleo de Informática, Norberto Chaves Krás Borges, da Seção de Patrimônio do Núcleo de Apoio Administrativo e Eduardo Veiga Alves, da Subseção Judiciária de Santana do Livramento.

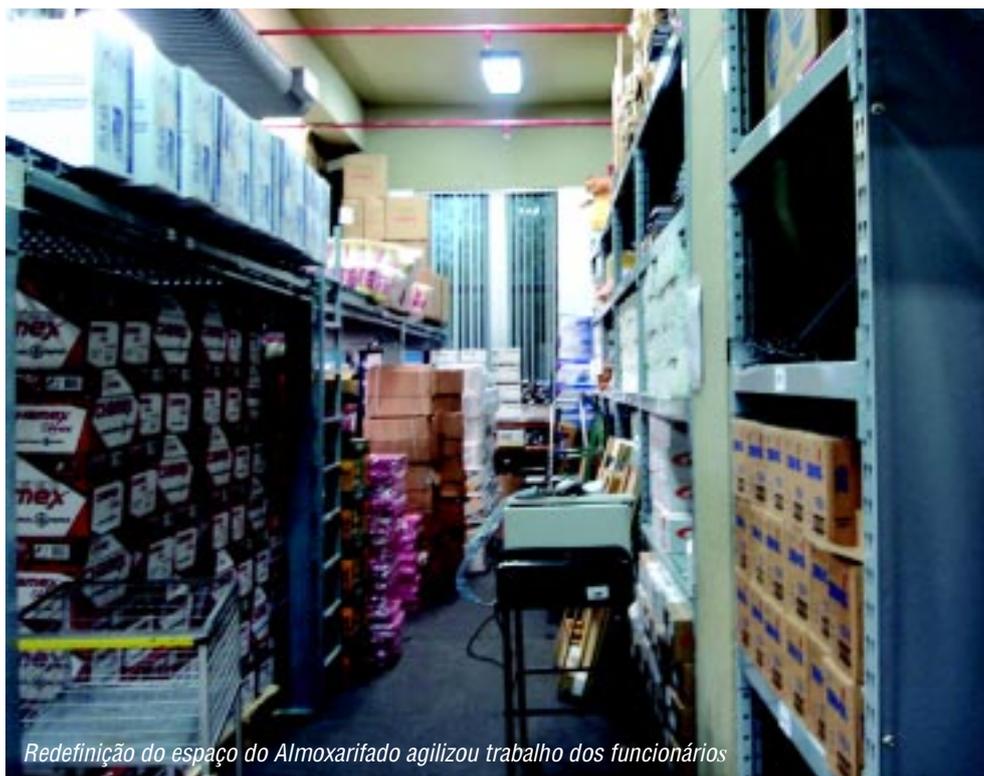
Ao longo do trabalho, foram encontrados mais de 8.500 itens que estavam em local diferente do apontado pelo sistema de controle de patrimônio e foram regularizados. Todas as etiquetas que estavam em condições precárias foram substituídas por novas, com códigos de barras, obtendo-se excelentes resultados para a regularização do controle patrimonial.

O trabalho, associado à realização do relatório anual e à correção das situações inconsistentes, permitiu a migração do antigo sistema de controle patrimonial para novo sistema e base de dados – o GEAFIN (Gestão Administrativa e Financeira), finalizada no primeiro semestre de 2007.

## ALMOXARIFADO

Durante o ano de 2005, foram realizadas modificações no Almojarifado, que incluíram a redefinição de espaço, redimensionamento das necessidades de materiais de consumo pela instituição e maior controle de acesso de servidores e funcionários terceirizados às dependências do Almojarifado. Ocorreu, ainda, a mudança total da equipe de servidores, além da realização de um trabalho de adequação do leiaute, para tornar mais eficientes os procedimentos de recebimento e distribuição de materiais, bem como proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores. Foram realizados inventários para conciliar os estoques, preparando para a implantação do novo sistema de administração de materiais (GEAFIN). Também foi criada a página do Almojarifado na *Intranet*, proporcionando para

os usuários uma melhor compreensão dos códigos de materiais, alguns até com fotos. Houve, ainda, a implementação do desfazimento de materiais ociosos, obsoletos ou inservíveis.



*Redefinição do espaço do Almojarifado agilizou trabalho dos funcionários*

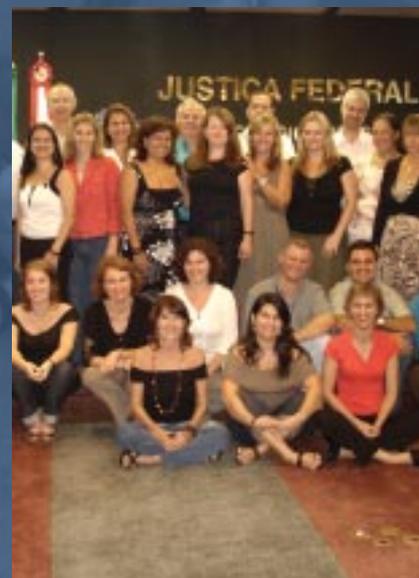
## LICITAÇÕES

A tabela ao lado demonstra as modalidades de procedimentos licitatórios que vêm sendo empregadas nesta Seção Judiciária e seus quantitativos.

Foram, ainda, realizadas 531 contratações / aquisições mediante dispensa de licitação, nas hipóteses previstas pela legislação, e 496 contratações/aquisições por inexigibilidade, totalizando 1.027 feitos processados pela Seção de Compras, do Núcleo de Apoio Administrativo.

	2003	2004	2005	2006	Abril/2007
<b>Pregão</b>	76	87	107	113	29
<b>Concorrência</b>	0	2	2	3	0
<b>Tomada de Preços</b>	14	15	20	5	9
<b>Convite</b>	9	2	4	1	0
<b>Credenciamento</b>	0	0	2	2	0
	<b>99</b>	<b>106</b>	<b>135</b>	<b>140</b>	<b>38</b>

# XII - Central de Mandados



EQUIPE DA CENTRAL DE  
MANDADOS DE PORTO ALEGRE

## XII - CENTRAL DE MANDADOS DE PORTO ALEGRE (CEMPA)

A Central de Mandados de Porto Alegre, que esteve sob a coordenação dos juízes federais Andréia de Castro Dias (janeiro de 2005 a 28 de maio de 2006) e Francisco Donizete Gomes (a partir de 29 de maio de 2006), conta, atualmente, com 79 oficiais de justiça e com uma equipe de apoio de 5 servidores, sob a direção da servidora Kátia Lisiane von Mühlen, também oficial de justiça.

Durante o período de junho de 2005 a junho de 2007, foram adotadas diversas medidas para a otimização dos serviços da CEMPA, que incluíram a redistribuição de tarefas entre os oficiais de justiça, mediante ordens de serviço e revisão da Portaria que regulamenta o Núcleo, a mudança na periodicidade das distribuições de mandados, a regulamentação das consultas aos bancos de dados conveniados para a obtenção de endereços para diligências e a descentralização do acesso aos mesmos bancos de dados, mediante a concessão de senhas de acesso a servidores das unidades judiciárias da capital e do interior.

Foram, ainda, realizados cursos voltados à segurança e à capacitação dos oficiais de justiça, na capital e no interior.

Especialmente nos últimos dois anos, as atividades dos oficiais de justiça de Porto Alegre sofreram um incremento, diante da necessidade de cumprimento de maior número de mandados fora da capital, especialmente nos municípios da grande Porto Alegre e no litoral, diligências necessárias nos processos de benefício assistencial, nos processos criminais e nas desapropriações às margens da BR 101, requisitadas pelos magistrados em substituição à expedição de cartas precatórias. Este fato exigiu, de uma parte, a readequação das atividades do Núcleo e de outra, a relativa restrição, pelo Coordenador da CEMPA, na realização de algumas diligências, diante da atual estrutura, tendo-se mantido o caráter excepcional do cumprimento destes mandados, enquanto não disponibilizado maior contingente de pessoal. Abaixo, pode-se acompanhar a atividade da CEMPA no período:

<b>MANDADOS CUMPRIDOS</b>	<b>MANDADOS PARCIALMENTE CUMPRIDOS</b>	<b>MANDADOS NÃO CUMPRIDOS</b>
<b>2005</b> PROCESSO ELETRÔNICO : 156 SIAPRO: 38826	<b>2005</b> PROCESSO ELETRÔNICO : 0 SIAPRO: 1847	<b>2005</b> PROCESSO ELETRÔNICO : 14 SIAPRO: 9183
<b>2006</b> PROCESSO ELETRÔNICO : 191 SIAPRO: 59662	<b>2006</b> PROCESSO ELETRÔNICO : 3 SIAPRO: 3596	<b>2006</b> PROCESSO ELETRÔNICO : 18 SIAPRO: 15530
<b>2007</b> PROCESSO ELETRÔNICO : 74 SIAPRO: 20103	<b>2007</b> PROCESSO ELETRÔNICO : 0 SIAPRO: 1277	<b>2007</b> PROCESSO ELETRÔNICO : 6 SIAPRO: 6402

# Considerações Finais



ENCONTRO DE DIRETORES  
DE FORO EM PORTO ALEGRE

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Durante estes dois anos de gestão, buscou-se, de forma incessante, a realização daquelas ações previstas no planejamento, voltadas ao objetivo permanente da Administração da Justiça – prover os meios necessários para o aprimoramento da prestação jurisdicional.*

*A grande parte das metas estabelecidas foi cumprida, o que demandou a constante dedicação dos servidores de todos os setores administrativos, que, com eficiência e comprometimento, desempenharam suas funções de forma integrada e coordenada.*

*As principais decisões e projetos adotados no curso destes dois anos partiram do compartilhamento de idéias, da gestão integrada entre a Seção e as Subseções Judiciárias e entre a Seção, os Núcleos e demais setores administrativos e entre toda a Administração e as unidades da área-fim, que, no exercício diário de suas atividades, junto ao público jurisdicionado, ditaram as grandes necessidades de investimentos para o aprimoramento do serviço público prestado e do relacionamento.*

*Algumas ações deixaram de ser implementadas nos prazos previstos, encontrando-se em andamento, suspensas ou ainda pendentes de início. Outras, embora programadas, restaram prejudicadas pela superveniência de novas soluções.*

*Dentre as ações que foram suspensas no curso da gestão, registram-se as que previam a implantação de projeto-piloto de peticionamento eletrônico nos processos de rito comum, a mudança da base de dados (INGRES) e do respectivo aplicativo de acompanhamento processual (SIAPRO). A suspensão se deveu à superveniência de projeto de grande envergadura, que envolve as três Seções Judiciárias da 4ª Região e o Tribunal, destinado à criação do novo sistema processual regional, com base de dados integrada, linguagem e interface únicas e concentração de todas as rotinas, atualmente dispersas em vários aplicativos, sistemas e bases de dados. As etapas que compõem o desenvolvimento deste novo sistema processual contemplarão soluções para as demandas referidas.*

*Também deixou de ser iniciado o desenvolvimento do processo eletrônico das execuções fiscais, demanda de grande importância, especialmente para as varas especializadas, diante do estabelecimento, como prioridade, pela Administração do Tribunal Regional Federal, do aprimoramento do processo eletrônico já em uso nos Juizados Especiais Federais.*

*A implantação de gerador no prédio-sede de Porto Alegre foi adiada, para que o respectivo projeto fosse desenvolvido por profissional do quadro. O adiamento se fez possível e conveniente, diante da inclusão de gerador específico para imediato atendimento aos equipamentos do Núcleo de Informática, no projeto de data center, cuja execução foi finalizada no mês de junho de 2007.*

*Por fim, está pendente de decisão a implantação do Juizado Especial Federal Avançado de Gravataí, cujo projeto, devidamente instruído, foi encaminhado ao Tribunal Regional Federal para análise e já conta com a disponibilidade da Prefeitura Municipal e da Subseção local da Ordem dos Advogados do Brasil.*

*Fica aqui o agradecimento e o reconhecimento da Administração que ora se encerra, a toda a dedicada equipe de servidores que compõem os quadros da Justiça Federal, pelo espírito público demonstrados no enfrentamento dos desafios diários de suas funções. Um agradecimento, também, ao permanente apoio e à compreensão dos magistrados e, muito especialmente, um agradecimento aos Diretores de Foro das Subseções Judiciárias, que dividiram a responsabilidade nas decisões de maior relevo adotadas nesta gestão, compartilhando preocupações e soluções.*

*Também se registra aqui o agradecimento pela confiança depositada pelos gestores do Tribunal Regional Federal, na indicação para as funções de Direção e Vice-Direção do Foro. O reconhecimento pela sensibilidade e competência demonstradas pelos presidentes, Dr. Nylson Paim de Abreu e Dra. Maria Lúcia Luz Leiria, pelo Vice-Presidente, Dr. Amaury Chaves de Athaíde, pelo Corregedor-Geral, Dr. João Surreaux Chagas, pelo Coordenador dos Juizados Especiais Federais, Dr. Edgar Antônio Lippmann Júnior e pelo Diretor da Escola da Magistratura, Dr. Luiz Carlos de Castro Lugon, que, em suas respectivas áreas de atuação, dispensaram total atenção às questões relacionadas ao primeiro grau da Justiça Federal, ouvindo e atribuindo as melhores soluções às demandas apresentadas.*

*Por fim, quanto à família, fica a esperança de que todas as ausências e momentos de apreensão tenham sido entendidos ou ao menos perdoados, e o agradecimento pelo apoio, pelas idéias e pelo carinho recebidos.*

*Porto Alegre, junho de 2007.*

Taís Schilling Ferraz  
JUÍZA FEDERAL DIRETORA DO FORO DA  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

Hermes Siedler da Conceição Júnior  
JUIZ FEDERAL VICE-DIRETOR DO FORO DA  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

**IMPRESSÃO:**



Av. Venâncio Aires, 1058  
Fone/Fax: (51) 3331.9714  
E-mail: [promoarte@ez-poa.com.br](mailto:promoarte@ez-poa.com.br)  
[www.graficapromoarte.com.br](http://www.graficapromoarte.com.br)  
CEP 90040-192 – Porto Alegre – RS